

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
DO ESTADO DO TOCANTINS – CERH/TO

1 Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 8h na sala de
2 reunião da SEMARH, o Secretário Executivo do CERH **Aldo Azevedo**, fez a
3 abertura Oficial da 38ª RO agradecendo a presença de todos em nome do
4 Presidente do Conselho, o Sr. Renato Jayme, informando que ele está ausente
5 representando o nosso Estado na Conferência do COP25 na Espanha, é um
6 evento de mudanças climáticas e pelo nosso regimento assumiria o trabalho de
7 coordenação nessa seção o vice presidente que é o Presidente do
8 NATURATINS que está em missão fora do Estado e não pode comparecer e o
9 terceiro da lista em hierarquia é o Secretário Executivo então estamos
10 assumindo aqui essa reunião portanto queremos agradecer a presença de todos.
11 Estavam presentes os conselheiros: **Estela Maris Pereira de Sousa**
12 (Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR), **Marcos Antônio**
13 **da Silva Júnior** (Agência Tocantinense de Saneamento - ATS), **Davis Miranda**
14 **de Souza** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins), **Agrest**
15 **Bonival Silveira** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins),
16 **Ayranan Leite Anunciação Suzuki** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado
17 do Tocantins), **Leda Veronica Benevides D. Silva** (Comunidade Científica),
18 **Antonio Rodrigues da Silva Neto** (Concessionária de Serviço Público de
19 Abastecimento de Água – BRK AMBIENTAL), **Rodrigo Martins Ribeiro**
20 (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins –
21 CREA/TO), **Alex Matos Fernandes** (Coordenadoria Estadual de Proteção e
22 Defesa Civil), **Miguel Pinter Júnior** (Energisa Tocantins Distribuidora de Energia
23 S/A), **Carlos Ribeiro Soares** (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
24 do Tocantins - FAET), **José Roberto Fernandes** (Federação das Indústrias do
25 Estado do Tocantins - FIETO), **Maria Guanamar Soares de Sousa** (Federação
26 dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do
27 Tocantins - FETAET), **Ana Karolline Soares Alves** (Organização Não
28 Governamental), **Ryan Diógenes Brasil Mendes Arruda** (Organizações Civas
29 de Recursos Hídricos Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da
30 Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins – CI - LAGO), **Fernanda Raquel Freitas**
31 **de Sousa Rolim** (Procuradoria Geral do Estado do Tocantins - PGE), **Leandro**
32 **Roeder** (Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento - SEFAZ), **Vilmar**
33 **Carneiro Wanderley** (Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços -
34 SICS), **João Carlos Farençena** (Secretaria de Estado da Infraestrutura, Cidades
35 e Habitação - SEINF), **Murilo Ribeiro Brito** (Secretaria de Estado da Saúde -
36 SES), **Aldo Araújo de Azevedo** (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e
37 Recursos Hídricos - SEMARH), **Antônio Cássio Oliveira Filho** (Secretaria do
38 Estado da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - SEAGRO), e apresentou a pauta
39 da reunião, **I.** Abertura da Reunião; **II.** Posse dos novos Conselheiros; **III.**
40 Aprovação da Ata da 37ª RO do CERH (SGD: 2019/39009/006525); **IV.** Leitura
41 do expediente e da ordem do dia; **V.** Encaminhamento à Mesa, pedido por escrito
42 de: a) inversão de pauta; b) retirada de matérias; c) requerimento de urgência;
43 d) propostas de moção e de recomendação; **VI.** Discussão e deliberações das
44 matérias da ordem do dia; a) Aprovar a Resolução CERH nº 86/2019
45 referendando a Apresentação do Relatório Anual de Certificação do Alcance das
46 Metas do período 2018 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês
47 de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS, aprovada *ad referendum* na resolução

48 CERH nº 84/2019 (SGD: 2019/39001/00004); b) Aprovar a Resolução CERH nº
49 87/2019 referendando a primeira alteração no Plano de Aplicação do Fundo
50 Estadual de Recursos Hídricos – FERH, aprovada *ad referendum* na resolução
51 CERH nº 85/2019 (SGD: 2019/39001/00005); c) Aprovar o Plano de Aplicação
52 do FERH para 2020 (SGD: 2019/39001/000016); d) Aprovar o Calendário de
53 Reuniões para 2020 (SGD: 2019/39009/006239); **VII.** Informes da Secretaria
54 Executiva; **VIII.** Tribuna Livre; **IX.** Encerramento. **Aldo Azevedo** (Secretário
55 Executivo) deu continuidade na reunião falando que essa é a nossa última
56 reunião do ano tem uma pauta bastante enxuta e agradecer realmente essa
57 disponibilidade de vocês em se deslocarem do órgão de vocês para fazer parte
58 desse conselho que é uma missão voluntária e que eu acho que daqui umas
59 duas horas já estarão todos disponíveis. Nós estamos vendo que tem alguns
60 aqui que não estavam na reunião anterior, portanto não receberam o Termo de
61 Posse então vamos repetir a posse, o primeiro item de pauta nossa é a posse
62 desses novos conselheiros para que estejam aptos a votar a qualquer matéria a
63 que seja submetida a apreciação dos senhores. Portanto eu pediria a **Jamila**
64 (SEMARH) a nossa Assessora no Colegiado para que chamasse por nome os
65 membros para tomarem o Termo de Posse, mas antes vamos chamar o nosso
66 fotógrafo do Setor de Comunicação para registrar. Esse ano foi um ano bastante
67 atípico com vários eventos ideológicos críticos como a estiagem e a seca
68 prolongada, mas foi um ano de muito avanço para o Estado do Tocantins, nós
69 conseguimos colocar o Tocantins naquele monitor de seca que aparece de vez
70 em quando no Jornal Nacional, colocando a configuração de como está a seca
71 no país. Tocantins entrou agora recente, Goiás está entrando, Minas Gerais, por
72 que até então quando falava de seca só se referia ao Nordeste, mas o conceito
73 de seca que é disponibilizado no monitor de seca é relativo, aí foi bom porque
74 até temos o pessoal representante aqui da Agricultura, temos Defesa Civil, tem
75 um documento oficial e a Defesa Civil participou conosco aqui, realmente toda
76 preparação e toda oficina para que pudéssemos avançar e fazer parte. Em
77 outubro nós já estamos no mapa de monitor de seca e isso não é ruim para o
78 Estado, porque o Tocantins tem dois grandes rios e se fala em seca, é uma seca
79 relativa, eu digo isso porque atende tanto o pessoal da Agricultura como da
80 Defesa Civil em períodos aqui de seca e estiagem prolongada que tem que fazer
81 aqueles trabalhos de ações emergenciais, como caminhões pipa e alguma
82 emergência na região sudeste do Estado nos 22 municípios e depende de um
83 relatório muito minucioso, esse monitor de seca como é reconhecido a nível
84 nacional ele serve para dar um suporte para esse trabalho da Defesa Civil, assim
85 como um suporte na área da Agricultura. O PROGRO as vezes não quer cobrir
86 uma certa região, uma lavoura porque não tem como comprovar esses dados,
87 as vezes fica muito difícil e como o monitor de seca é um documento oficial, já
88 validado por vários Estados, então já podemos utilizar ele para dizer se aquela
89 região teve veranico ou não teve para inclusive contemplar no seguro agrícola,
90 eu citei só 2 exemplos, tem outros exemplos aí de doença veicular que as vezes
91 no período de chuva também, se fala dele na seca e na chuva, que tem muita
92 água na região, que fala se choveu mais ou choveu menos, tem também a nossa
93 parceira nesse programa de monitor de seca que também é a Secretaria da
94 Saúde, é o primeiro Estado que inclusive o pessoal da Agência Nacional de
95 Águas e da Fundação de Meio Ambiente de Pernambuco que é quem coordena
96 esse trabalho a nível nacional, é o primeiro Estado que colocou como monitor de
97 seca e colocou também um avaliador, a Secretaria da Saúde porque eles tem

98 um programa, o VIGIAGUA que eles fazem, doença de veiculação de recursos
99 hídricos, quando está muito cheio tem várias doenças, tipo a dengue, malária,
100 leptospirose e quando baixa a água tem outro tipo de doença, então eles tem
101 uma referência com relação a chuva e seca, também participam conosco,
102 realmente é muito bom esse trabalho e ficamos feliz em ter colocado o Tocantins
103 nesse ranking de atenção, nove Estados o Nordeste, o Tocantins, pra se ter ideia
104 já entrou até o Rio de Janeiro querendo entrar no monitor de seca, mas o Rio de
105 Janeiro tem seca? Como eu disse, a seca é relativa até pra nós que temos 6
106 meses de chuva e 6 meses de estiagem prolongada, já é normal quando tem
107 uma estiagem dentro da normalidade, quando prolonga 1 ou 2 meses a mais já
108 é considerada uma seca relativa, já entra no mapa como seca relativa que é
109 diferente da seca do Nordeste que é uma seca muito intensa, mas o mapa traz
110 uma legenda que é bem explicativa para não ficarmos assustados, a seca nossa
111 é diferente da seca do Nordeste, mas como o dado é validado pelo pessoal
112 nosso aqui da SEMARH, Defesa Civil e da Secretaria da Saúde, a gente tem
113 condições de dizer se o período foi seca, vamos supor uma época que chove
114 400 milímetros por mês, 200, 120 pra nós as vezes é seca dependendo do ano,
115 lá para o Nordeste essa chuva de 400 milímetros é por ano, não chove nada,
116 fica 2, 3 anos sem chover, fica uma seca intensa, nós ficamos um pouco
117 assustados em participar desse trabalho, desse mapa, porque pra gente dizer
118 nós estamos juntos com o Nordeste? Então o Estado do Tocantins está virando
119 um deserto? Não, aí depois vem a equipe técnica, tira todas as dúvidas e nós
120 concordamos. O Pará já está no monitor da seca justamente por isso, porque
121 tem aqueles programas emergenciais e tem uma dificuldade muito grande da
122 Defesa Civil em fazer o trabalho local e depois jogar isso para a Defesa Civil
123 Nacional entrar com aquele decreto de emergência ambiental, depois entra aqui
124 no Estado aí só a partir daí realmente se consegue contemplar as regiões com
125 esse tipo de projeto, a mesma coisa é a Agricultura, os veranicos. Você concorda
126 comigo, representante da FAET? Então, nós já temos o nosso mapa para vocês
127 abrirem, depois nós vamos passar o endereço do monitor da seca para vocês
128 verem o Tocantins presente no monitor da seca. Agora vamos continuar a nossa
129 reunião dando posse aos membros: **Leda Veronica Benevides D. Silva**
130 (Comunidade Científica/UNITINS), **Leandro Roeder** (Secretaria de Estado da
131 Fazenda e Planejamento - SEFAZ), **Estela Maris Pereira de Sousa**
132 (Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR), **Alex Matos**
133 **Fernandes** (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil), **Ryan**
134 **Diógenes Brasil Mendes Arruda** (Organizações Cívicas de Recursos Hídricos
135 Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do
136 Médio Tocantins – CI - LAGO), **Agrest Bonival Silveira** (Comitê de Bacias
137 Hidrográficas do Estado do Tocantins), **Ayranan Leite Anunciação Suzuki**
138 (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) e **Ana Karolline**
139 **Soares Alves** (IDAHRA). **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) nós temos ainda
140 2 vagas, Comitê de Bacias são 3 vagas no Conselho, só temos 1 representante
141 do Conselho aqui hoje presente pois estão em viagem participando do Fórum
142 Nacional de Comitê de Bacias, o Tocantins tem 3 representantes e tem 2 que
143 estão fazendo parte desse Fórum Nacional em reunião pra prestação de contas
144 do ENCOBE que aconteceu agora em Foz do Iguaçu, a última reunião do ano
145 portanto, não puderam comparecer e ainda tem 2 presentes do Comitê de Bacias
146 que participam e são 3 presidentes do Comitê de Bacias que fazem parte do
147 conselho na atual legislatura. Então vamos começar com a nossa pauta normal.

148 III. A Ata da 37ª reunião foi distribuída para vocês o documento de convocação,
149 acho todo mundo teve acesso a essa Ata, alguém tem alguma observação a
150 fazer, alguma correção, alteração? Eu acho que não há necessidade de a gente
151 ler ela porque foi distribuída para vocês com antecedência e é uma Ata muito
152 longa, mas se alguém quiser fazer alguma observação. Ninguém se manifesta?
153 Então podemos colocar em votação? Está em votação, por favor, quem aprova
154 a Ata levante seu crachá. Quem vota contra levante o crachá. Quem se abstém
155 levante o crachá, então aprovada por unanimidade, obrigado pessoal. **Jamila**
156 (SEMARH) faz a leitura da Ordem do Dia. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
157 pergunta se alguém sugere alguma inversão de pauta da nossa reunião ou
158 podemos prosseguir como foi proposta no convite do Ofício para vocês?
159 Podemos prosseguir? Obrigado. **VI. a)** Essa primeira deliberação a gente coloca
160 aprovar, mas é um termo muito pesado, como se diz, tem um outro termo, nós
161 temos que mudar para deliberar, é deliberar ou recusar, aprovar fica muito
162 taxativo e não é esse o objetivo dessa reunião, a plenária tem poderes para
163 aprovar ou rejeitar qualquer documento proposto aqui, essa resolução do
164 conselho foi aprovada *ad referendum* passou pela Câmara Técnica de Assuntos
165 Jurídicos, tem até um Parecer, ela foi aprovada *ad referendum* porque nós
166 tínhamos um calendário. O Pró-Comitês é um programa financiado pela Agência
167 Nacional de Água de apoio aos Comitês de Bacias, são 50.000,00 para cada
168 Comitês de Bacias, nós temos 4 Comitês, são 200.000,00 por ano, o Tocantins
169 foi um dos únicos Estados, só o Tocantins e mais 1 dos 23 Estados que está
170 contemplado pelo Pró-Comitê que conseguiu cumprir o seu plano de meta
171 100%, fomos até parabenizados no ENCOB porque foi 1 dos 23 Estados que
172 tem esse programa financiado pela ANA, fomos o primeiro e teve um outro
173 Estado o segundo a contemplar realmente todo o plano de meta proposto, esse
174 documento foi repassado para vocês também no ato da convocação então se
175 alguém tiver alguma dúvida, quiser que a gente abra para discussão, ela foi
176 aprovada em *ad referendum* porque nós tínhamos um prazo que era até Maio
177 para fazer essa prestação de contas pra ANA, na reunião que nós tivemos em
178 Março ainda tinha pendência em alguns Comitês de Bacias que estavam fazendo
179 sua prestação de contas porque a gente sabe das dificuldades que tiveram esse
180 ano porque nós desassistimos os Comitês de Bacias, o nosso convênio não teve
181 continuidade em 2019 e os Comitês de Bacias tiveram algumas dificuldades,
182 tivemos que pedir auxílio ao nosso pessoal do departamento de Recursos
183 Hídricos da SEMARH para ajudar fazer essa prestação de contas por isso
184 atrasou um pouco e não conseguimos submeter na reunião de Março e como o
185 prazo era em Maio, tivemos que aprovar *ad referendum* para aprovar na próxima
186 reunião para não perdermos o recurso do repasse do ano de 2019, essa
187 prestação de contas é do exercício de 2018, a secretaria aprovou *ad referendum*,
188 está amparado no nosso regimento interno e desde que a gente coloque isso em
189 apreciação na próxima reunião plenária. Se alguém tiver alguma dúvida, se
190 quiser a nossa colega Goreth gerente de apoio aos Comitês de Bacias pode tirar
191 alguma dúvida. **Davis** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins)
192 só para acrescentar que esse programa da ANA é um recurso pequeno em apoio
193 a gestão, então não é um recurso que substitui aquilo que a secretaria já vem
194 fazendo, que os Estados já vem fazendo, mas é mais do que esse recurso de
195 50.000,00 esse programa traz todo um instrumentário a nível de metas e de
196 trabalho que os Comitês precisam desenvolver, uma tentativa importante da
197 ANA de elevar o nível de gestão nos comitês no Brasil inteiro. **Aldo Azevedo**

198 (Secretário Executivo) bem colocado Davis, representante do Comitê de Bacias
199 do Lago de Palmas, temos também mais dois representantes do Comitês de
200 Bacias, temos o Agrest que entregou o seu mandato ontem, foi um reeleito
201 realmente conseguiu dar cara do Comitê de Bacias, muitas vezes a gente fala
202 em Comitê de Bacias tem a cara do seu presidente e não desprezando os outros
203 Comitê de Bacias, mas o Comitê de Bacias que o Agrest foi presidente por 2
204 mandatos, quase 6 anos, a gente queria agradecer e aproveitar o momento para
205 agradecer aqui em público o conselho, o trabalho desenvolvido pelo Agrest
206 naquele Comitê de Bacias por 2 mandatos realmente com muita competência,
207 com muita dedicação e o Comitê de Bacias Lontra e Corda de Araguaína tem a
208 cara do Agrest assim como o Comitê de Bacias do Manuel Alves tem a cara do
209 Sena. Então isso é muito bom quando a pessoa veste a camisa e dá essa
210 colocação do Comitê de Bacias como esses 2 presidentes, sem desprezar o
211 trabalho dos outros, mas que estão lá há algum tempo porque os outros
212 geralmente ficam 1 mandato e sai e eles 2 já estão com 2 mandatos eles
213 realmente fazem jus ao trabalho desenvolvido naquela região, a Ayranan
214 também acho até que foi eleita agora como secretária executiva, participou da
215 gestão anterior, faz um trabalho muito bom, ela é técnica do NATURATINS
216 representando o Poder Público, então a gente fica muito feliz com a presença de
217 vocês aqui hoje nessa plenária e eu não poderia deixar de aproveitar a
218 oportunidade de agradecer pessoalmente em nome do nosso Conselho Estadual
219 de Recursos Hídricos que é o órgão máximo do Sistema do Comitê de Bacias
220 em segunda instância ao lado da Bacia Hidrográfica pelo trabalho desenvolvido
221 por vocês nesses 2 mandatos, muito obrigado Agrest, vamos estar sempre à
222 disposição e queremos contar com você agora nessa instância superior que é o
223 Conselho, olhar mais de cima agora, você já trabalhou muito lá na Bacia
224 Hidrográfica e agora aqui em Palmas você para nos ajudar, trazer a experiência
225 que você tem, desenvolver lá no Comitê de Bacias e trazer para o Conselho é
226 muito enriquecedor isso, obrigado mais uma vez. Se não tem nenhuma
227 argumentação daquela Resolução da Aprovação do Plano de Aplicação do Pró-
228 Comitê a gente coloca em votação. Quem for a favor levante o crachá. Quem for
229 contra levante o crachá. Quem se abstém por favor levante o crachá. Então
230 aprovada com quantos votos? Dezoito votos a favor e uma abstenção. Obrigado.
231 Nós vamos agora votar em outra que também foi *ad referendum* é uma
232 readequação do Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos
233 de 2019 que foi aprovada por esse Conselho na última reunião do ano passado
234 em 2018, aí houve a necessidade de fazer uma readequação porque apareceu
235 um Projeto novo da UNIRG que é um Projeto de 2013 e nós tínhamos que
236 repassar 3 parcelas para eles, repassamos a primeira e a segunda e estava
237 vencendo o Convênio e nós não tínhamos nem previsão já tínhamos colocado
238 dois exercícios, orçamento para essa terceira parcela, estava com dificuldade de
239 execução e nós achávamos que ia vencer em 2019 e não haveria necessidade
240 de fazer o repasse da terceira parcela, a dificuldade, licitação e tal e estava
241 realmente um pouco complicado o processo, quando foi em 2019 eles
242 conseguiram um aditivo de prazo aí quando aditivamos o Convênio
243 automaticamente nos cobraram a terceira parcela e não estava previsto no
244 orçamento aí tivemos que fazer uma readequação de 362.000,00. Não estava
245 previsto isso realmente no exercício desse ano como eu disse e já estava com
246 dois anos com recurso na conta com dificuldade realmente de aplicar porque
247 teve problema com licitação é uma instituição do Governo Federal de ensino

248 muito boa mais teve problema e nós achávamos que 2019 não haveria
249 necessidade de colocar disponibilidade de recurso para essa terceira parcela aí
250 quando eles conseguiram o aditivo com essa justificativa realmente de que teve
251 problema e foi bem justificado, a justificativa circunstanciada assegurada pela
252 legislação e nós fizemos o aditivo, aí já que aditivou quiseram a terceira parceira
253 e nós tivemos que fazer esse remanejamento, está bem legal, sem problema
254 nenhum, tiramos de uma ação que não iríamos executar sem nenhum prejuízo
255 para o exercício de 2019 e para atender essa demanda, eles estão cumprindo
256 agora no final do ano esse Convênio e acho que não vai ter muito problema não,
257 foi bom realmente, um trabalho muito bom, desenvolvido pelo Comitê de Bacias
258 dentro desse convênio foi criado o Comitê de Bacias de Santo Antônio e Santa
259 Tereza região Sul do Estado, foi revitalizado várias Bacias Hidrográficas perto
260 de Gurupi, foi criada Unidades de Conservação de Gurupi, umas 6 ou 7, então é
261 um trabalho muito bom, muito significativo, foi muito bom que nós fizéssemos
262 realmente essa terceira parcela, era uma contrariedade nossa de não ter
263 cumprido a meta toda do programa, mas com esse aditivo foi bom ter repassado,
264 fizemos essa pequena alteração no Fundo para atender essa terceira parcela.
265 Alguém mais tem alguma observação a fazer? Podemos colocar em votação
266 essa readequação do Plano? Em votação. Quem é a favor levante o crachá por
267 favor. Vinte votos a favor. Quem é contra levante o crachá por favor. Nenhum
268 voto contra. Quem se abstém levante o crachá por favor. Uma abstenção. Então
269 aprovado com 20 votos. Obrigado pessoal. **Vilmar** (SICS) questão de ordem, na
270 primeira votação tivemos 18 votos e 1 abstenção, agora foram 20 votos, tinha
271 conselheiros que não estavam no ambiente? **Aldo Azevedo** (Secretário
272 Executivo) tinha, teve 3 ou 4 conselheiros que não haviam chegado ainda,
273 inclusive o Davis que não foi diplomado ainda, tem um representante do Comitê
274 de Bacias que acabou de chegar, chegou o Farençena da SEINF, Antônio Cássio
275 da Agricultura e o Miguel da ENERGISA. Fechou a computação, é por isso que
276 é bom esse Conselho a gente aprende, transparente aqui, eu sempre digo, essas
277 votações desses Plano de Aplicações você não é Conselheiro fiscal não tem
278 responsabilidade nenhuma em assumir o que diz a nossa Lei é que tem que
279 priorizar, o Conselho tem a prerrogativa de priorizar os recursos do Fundo, então
280 vai fazendo esse Plano de Aplicação no final do ano com consentimento de
281 vocês, vocês aprovam e durante o ano a gente faz o acompanhamento e pode-
282 se mudar ao longo do ano, é igual o PPA, mas PPA a gente faz para 4 anos e
283 ao longo de todo ano a gente faz as readequações como um Plano, o nosso
284 como é anual ao longo do ano pode fazer alguma readequação não tem nada de
285 conselheiro fiscal, o que nós fazemos é submeter vocês priorizando os recursos
286 do Fundo e depois vendo o que executou e o que não executou, a prestação de
287 contas e o ordenador de despesa é o Secretário que faz junto aos órgãos de
288 fiscalização, é feito e assinado por ele, para tranquilizar mais um pouco. O Plano
289 de Aplicação desse ano nós tivemos uma queda de recurso, o ano passado nós
290 tivemos 4 milhões e pouco esse ano nós tivemos 3 milhões e cem do Plano de
291 Aplicação de Recurso, foi um ano muito difícil de planejar com tanto
292 contingenciamento do Governo, com tanta janela fechando, tivemos 3 milhões e
293 cem e foi difícil fechar realmente esse ano. Essa primeira ação aqui, obras e
294 instalações 590.000,00. Nosso Projeto Barraginha no ano passado tinha 1
295 milhão e meio, esse ano tivemos que cortar. Essa outra ação estruturação e
296 fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
297 essa aqui nós falamos que é nossa ação mãe aqui da SEMARH porque ela dá

298 todo suporte às ações da SEMARH, de todos projetos de todos Convênios com
299 diária, com material de consumo, aqui entra combustível, despesa de
300 locomoção, passagem aérea, serviços de terceiros de pessoa física, serviço de
301 terceiro pessoa jurídica, alguma contratação que a gente faz aqui na SEMARH.
302 **Agrest** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) Só 1 minuto, o
303 Barraginha que você citou aí ele atende só a região Sudeste ou ele vai ser
304 estendido a outras regiões do Estado? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
305 Barraginha 1 foi a região Sudeste encerrou em 2018, 3.560 barraginhas,
306 Barraginha 2 é a Região Centro-Sul pegando aqui em Porto Nacional até a divisa
307 com Goiás lá em cima na margem esquerda do Tocantins e na Belém-Brasília
308 margeando ali e uma terceira opção é jogar esse Projeto para outra região mas
309 estar fazendo isso por região que são regiões que a gente vê que tem uma
310 estiagem mais prolongada que tem um problema a gente não pensava que
311 aquela região pegando aqui Gurupi hoje tem muito problema com abastecimento
312 de água, aquela região, Alvorada também tem subindo até Cariri e ali é uma
313 região muito seca também uma estiagem muito prolongada então foi priorizado,
314 é um programa muito bom, seria bom se nós pudéssemos expandir para todo
315 Estado mas infelizmente tem que priorizar e a prioridade foi essa segunda etapa
316 agora o Barraginha 2 a Região Centro-Sul. **Agrest** (Comitê de Bacias
317 Hidrográficas do Estado do Tocantins) nós temos cidades na Bacia do Lontra e
318 Corda que passam por problemas e já pediram, já fizeram a solicitação para
319 fazer barraginhas na época do verão. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) isso
320 é muito bom, esse projeto inclusive para você ter uma ideia ele já está sendo
321 desenvolvido no Pará. O Pará tem região que chove todos os meses do ano, no
322 Pará lá em Paragominas é uma região que se desmatou muito e estava virando
323 uma região deserta então hoje eles tem um município que tem um selo verde e
324 o barraginha em recuperação de nascente foi um dos dois eixos principais desse
325 programa para tornar o município de Paragominas um município com selo verde,
326 já estava até o Boi que era o presidente de Paragominas já não tinha mais
327 mercado ninguém comprava o boi nem matava mais porque era considerado um
328 município que degradou muito realmente ali a Amazônia, o Rio Amazônia então
329 já estava tendo rejeição entrou a EMBRAPA para fazer um trabalho de
330 recuperação da Bacia daquele município, hoje o município tem o selo verde com
331 esses dois projetos pra você ter uma ideia do tanto que esse projeto é importante
332 para as regiões até região que chove bastante já está se fazendo barraginha e
333 o Tocantins nós tivemos um grande avanço com barraginha na Região Sudeste
334 tanto que esse ano veio um bom projeto para financiar caminhões pipa pra região
335 Sudeste e já tinha 18 municípios que já tinham feito o pedido dizendo que seu
336 município estava passando por uma calamidade, a defesa civil esteve lá e não
337 teve a comprovação de que tinha essa calamidade, essa seca prolongada, essa
338 estiagem, em anos anteriores morria gado, pediram até para as prefeituras
339 fazerem uma caracterização com mais afinco, com mais fundamentação legal e
340 não teve essa fundamentação que já teve dois programas deles lá, já teve
341 programa de cisterna aquele programa de água para todos e teve o projeto
342 barraginha, então já começa a fazer efeito tanto que esse ano não teve caminhão
343 pipa naquela região e o barraginhas tem um efeito a longo prazo a medida que
344 vai avançando o ano e os anos ele vai cumprindo o seu papel que é realmente
345 de recarregar o lençol freático, acumular água da chuva, não deixar que haja
346 assoreamento dos rios, nem erosão, aumentar a infiltração da água no solo e
347 aumentar o lençol freático, então acredito que esse ano vai ser melhor que o ano

348 passado e a cada ano que vai passando ele vai melhorando o seu objetivo, a
349 sua eficiência para que ele foi projetado. Portanto essa ação tem um orçamento
350 de 1.510.000,00 esse 1 milhão nesse item 3.3.3.71.41.00 nós tínhamos até o
351 ano passado um Convênio para atender os Comitês de Bacias que era um
352 Convênio com o Instituto Ecológica de 1 milhão e meio por ano eram 2 anos,
353 seriam 3 milhões, os cortes que tiveram esse ano tivemos que cortar também
354 aqui na Secretaria os nossos orçamentos, nossas ações e um acordo do
355 Secretário com os Comitês de Bacias nós conseguimos chegar num termo de
356 denominador comum que 1 milhão não é suficiente, mas dá para atender como
357 se diz, melhor do que nada né e conseguimos realmente liberar, colocar no
358 orçamento para apreciar com vocês 1 milhão para atender um Convênio para
359 estruturação e assessoramento técnico, o loteamento dos Comitês de Bacias
360 que até esse ano de 2019 ficou completamente desassistido, se não fosse o
361 Convênio da ANA, os 50.000,00 por Comitês da Agência Nacional da Água, os
362 Comitês de Bacias teriam passado por uma fase de jejum crítica como nunca
363 tinham passado aqui e colocamos 1 milhão, foi o possível, não é o ideal, mas foi
364 o possível, os Comitês de Bacias já entenderam isso e vamos submeter isso
365 depois a proposta está quase pronta submeter aos Comitês de Bacias para que
366 seja aprovado com resolução, depois aprovar aqui a ação no Conselho Estadual
367 de Recursos Hídricos, antes submeter a PGE para fazer todo o processo legal e
368 submeter a esse Conselho, mas antes temos que submeter a essa apreciação,
369 essa previsão de recurso para essa ação é 1 milhão de reais para 5 Comitês de
370 Bacias dá 200.000,00 por Comitê eu acho que dá para o Comitês de Bacias
371 funcionar a contento, não dá para fazer grandes investimentos, mas já temos
372 outras ações que são ações de cobrança pelo uso da Água no Comitês de Bacias
373 do Rio Formoso e possivelmente o próximo é aqui no Lago de Palmas para que
374 não fique só dependendo do Estado, a gente sabe o contingenciamento do
375 Governo do Estado hoje é uma realidade né, não só no Tocantins, em todo país
376 e Comitês de Bacias tem que ter uma certa independência, uma certa
377 sustentabilidade financeira só se consegue isso o Comitês de Bacias que tem
378 cobrança, que implantou a cobrança, aqueles que não implementou a cobrança
379 está sempre ali com o pires na mão, é o Governo do Estado e a gente sabe da
380 dificuldade que é. **José Fernandes** (FIETO) só para dizer que o Aldo está
381 pontuando muito bem essa questão do projeto Barraginhas porque isso faz parte
382 de um bom entendimento do meio físico do Tocantins, nós fomos sempre
383 considerados o Estado das Águas, mas parece que nos últimos anos isso não
384 tem sido tão verdade assim, isso vale não só para o Tocantins mas para o Brasil
385 para todo o país como um todo, parece que essa questão está afetando áreas
386 que antigamente não tinham esse problema e o Projeto Barraginhas me parece
387 que é fundamental porque ele contribui para a recarga do aquífero como você
388 bem falou, atende uma filosofia técnica de que água que cai numa determinada
389 região deve ficar ali, ou seja, evitar o escoamento porque o Projeto Barraginhas
390 faz isso, ele contribui para a recarga do aquífero isso é muito melhor do que
391 depois você fazer obras grandiosas para levar a água de alguns lugares para
392 outros o que também no Brasil não tem mostrado muito efetivo preservar o
393 aquífero, colocar no aquífero água que precipita me parece muito mais
394 adequado, isso é uma questão que eu queria falar, mas a outra sobre exiguidade
395 de recursos para o Fundo tão importante como é o Fundo Estadual de Recursos
396 Hídricos é claro que o dinheiro que falta aqui está colocado em outro lugar e me
397 parece que outro lugar é o tamanho exagerado da máquina pública que consome

398 parte desse recurso que poderia ser melhor aproveitado isso também não é um
399 privilégio do Tocantins, isso acontece no Brasil todo como você mesmo falou,
400 muitos Estados hoje estão em situação fiscal muito grave, difícil mesmo, o nosso
401 ainda não está nesse momento mas se não nada fizermos contra esse
402 crescimento exagerado do Estado me parece que nós vamos comprometer
403 recursos todos, a manutenção desse Estado e isso vai começar a ter reflexo no
404 seguimento produtivo e começa por isso aqui, faltar recursos de um Fundo tão
405 importante e tanta significância como é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos,
406 só para registrar, isso tem sido parte de uma frequente discussão que nós temos
407 tido na Federação das Indústrias e também no órgão que congrega todas as
408 confederações das Indústrias do Brasil porque é fundamental que a gente pense
409 nisso, não adiante a gente virar a cara para o outro lado e fingir que isso não
410 está acontecendo porque os resultados negativos começam a aparecer, é isso
411 aí, muito obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) nós que agradecemos
412 por sua intervenção muito bem colocada e isso é um projeto social é um projeto
413 da EMBRAPA de Sete Lagoas de Minas Gerais que começou lá e ganhou prêmio
414 internacional como projeto ambiental e social dos melhores do mundo, ganhou
415 prêmio internacional realmente ele é um projeto muito barato e que atende
416 diretamente na ponta, nós aprendemos a trabalhar aqui na Secretaria de Meio
417 Ambiente, principalmente o setor de Recursos Hídricos com ações que atendem
418 diretamente na ponta são direcionados lá na ponta lá para a propriedade rural,
419 lá para o pequeno produtor rural porque hoje é uma utopia, uma demagogia a
420 gente chegar aqui e dizer ó gente desmataram muito para criar boi, pra plantar
421 soja, não pode ser assim quem que convence hoje o mundo está precisando de
422 alimentação, agora com Barraginhas eu resolvo muito problema desse
423 escoamento superficial, da água indo embora, de erosão, simplesmente com o
424 projeto Barraginha e recuperação de nascentes que são 2 grandes projetos de
425 nossa diretoria e que nós temos essa oportunidade de levar diretamente na
426 ponta e quantificar porque é missão nossa legislar a Secretaria de Meio
427 Ambiente ela tem que formular as políticas e coordenar sua execução essa é a
428 nossa missão institucional mas nós passamos a perceber que a execução
429 deixava muito a desejar lá na ponta e passamos também a executar essas
430 políticas nós elaboramos o nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos em 2011
431 e tem 23 ações são ações que são do Governo e da Iniciativa Privada todos os
432 nossos projetos estão no nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos, são
433 projetos muito bem fundamentados a nossa Política de Recursos Hídricos é
434 muito bem estruturada, muito bem arquitetada tudo que a gente fala aqui e faz
435 aqui tem amparo na Lei, isso deu uma facilidade muito grande quando a gente
436 faz a nossa justificativa do gestor para aprovar os nossos projetos lá na PGE,
437 primeiro a gente falava que a região chovia pouco, não, não é isso que a gente
438 quer e começamos a fundamentar isso está na nossa Política Estadual de
439 Recursos Hídricos é um dos instrumentos da política, então é uma das ações do
440 Plano Estadual de Recursos Hídricos que foi aprovada por esse Conselho então
441 vira Lei está no PPA e está no Plano de Aplicação do Fundo, pronto, com essas
442 4 considerações acabou a argumentação da PGE, não tem mais como reclamar
443 das fundamentações porque a gente passou a trabalhar realmente nesse sentido
444 com planejamento a longo prazo e depois executar as ações a longo prazo, nós
445 fomos muito criticados agora no final por um representante inclusive desse
446 Conselho, estamos elaborando 4 tabelas de Recursos Hídricos, a execução do
447 nosso Plano Estadual de Recursos Hídricos que foi elaborado em 2011 até a

448 gente que trabalha aqui todo dia a gente fica boque aberto quando pegamos e
449 sentamos fomos elencar ação por ação, qual é o projeto nosso, onde ele está lá
450 no Plano de Ação Estadual, onde ele está no Fundo, onde ele está na nossa
451 política elencando aqui, a execução nossa do Plano Estadual de Recursos
452 Hídricos elaborada em 2011 tem um horizonte de 20 anos ele está praticamente
453 70% concluído em 8 anos e nós temos mais 12 anos pra frente eu tinha medo
454 porque nós fomos criticados várias vezes dizendo que o Plano Estadual de
455 Recursos Hídricos era um plano de prateleira, de gaveta, elaboramos em 2011
456 e ficou lá na gaveta da SEMARH ninguém nunca mais abriu esse plano aí um
457 dia me desafiaram e eu falei eu vou fazer uma apresentação do Plano Estadual
458 de Recursos Hídricos e até eu fiquei surpreso que estou todo dia aqui fazendo o
459 projeto, olhando o plano fiquei surpreso, aí tem um funcionário nosso que está
460 fazendo doutorado, já tem mestrado na área e eu falei para ele, o Thiago,
461 engenheiro ambiental pegar o plano e fazer uma conjuntura da gestão de
462 Recursos Hídricos e da evolução do Plano Estadual de Recursos Hídricos
463 quando ele me apresentou a versão preliminar eu fiquei assustado e pedi para
464 ele fazer uma revisão vamos colocar na nossa página para ver a transparência
465 que é como a gente trabalha no setor de Recursos Hídricos. **João Farencena**
466 (SEINF) sobre essa questão de restrição orçamentária, financeira, você estava
467 presente semana passada naquela audiência na Assembleia sobre a questão do
468 lago e foi comentado lá pelos parlamentares essa questão sobre a divisão
469 financeira do repasse de recursos hídricos hidrelétricas e grande parte dela vai
470 para recuperação de rodovias o que o Conselho poderia fazer nesse sentido
471 para tentar, eu acho que através de Assembleia para pleitear pelo menos para
472 tentar resolver essa situação de restrição que nós temos sendo que a maior parte
473 desse recurso especificamente que eu falei acho que 70% vai para recuperação
474 de rodovias, não que seja mal usado, mas se está tendo uma restrição nessa
475 questão direta que o recurso teria que ser aplicado o que o Conselho poderia
476 fazer nesse sentido? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, o nosso Conselho
477 ele delibera quando é competência nossa, essa questão fiscal é uma questão de
478 Governo de Estado, de revisão da Política Estadual de Recursos Hídricos, de
479 Política Financeira, Fiscal do Estado, o que a gente podia fazer é uma moção
480 bem fundamentada realmente que já tenha naquela audiência pública que já saiu
481 na Ata a recomendação que vão tentar rever isso aí, só para explicar porque a
482 maioria do pessoal não estava lá o que acontece é o seguinte, a maior fonte de
483 financiamento do Fundo hoje é a compensação financeira pelo uso dos Recursos
484 Hídricos que é gerada pelo setor Hidrelétrico, aí o que está acontecendo é ela
485 repassa 100% para o Governo do Estado o Governo do Estado ficou de 2002
486 que foi criado o Fundo até 2011 sem repassar 1 centavo para o Fundo Estadual
487 ficou um Fundo criado sem recurso, um Fundo sem Fundo né, criado no papel e
488 não tinha recurso, em 2011 nós conseguimos desbloquear e conseguimos 30%
489 dessa compensação financeira para que viesse para recursos hídricos o outro
490 ficou lá no Governo do Estado ainda o Governo não permitiu, nenhum Estado da
491 nação hoje consegue ele permite que 100% da compensação financeira seja
492 repassado para o Fundo Estadual tem Estado que é 10, é 15%, a maioria 15%,
493 nós temos 30, eu acho que é pouco realmente né e criaram o Fundo Estadual
494 de Transporte que o Governo acha que é prioridade que transporte é mais
495 prioritário que recurso hídrico e 70% do recurso que vem para o Governo do
496 Estado da compensação financeira é repassada para o Fundo Estadual de
497 Transporte, então nós temos que ter uma batalha muito grande, já tem uns

498 deputados que concordam com isso que vão levar para Assembleia isso aí no
499 próximo ano para que a gente consiga reverter isso aí, não é fácil, pelo menos
500 50% na época 2011 nós estamos tentando ficar a proposta é 50% para o Fundo
501 Estadual de Recursos Hídricos e 50% para o Fundo Estadual de Transporte, não
502 concordaram eles queriam que nós ficássemos só com 15% aí conseguimos a
503 duras penas com muito argumento ficar com 30% e 70% foi para o Transporte,
504 então hoje é uma batalha muito grande que a gente sabe que o setor de
505 transporte hoje, é transporte, saúde, educação é a mola mestra de qualquer
506 governo né, recursos hídricos apesar de ter uma compreensão aqui esse
507 Conselho é muito consciente disso em depoimento aqui do Fernandes muito bem
508 colocado, tem toda a área técnica nossa que trabalha nesse sentido, mas é difícil
509 a gente não pode perder a esperança, nós temos que batalhar para ver se
510 consegue e já temos apoio de 1 ou 2 deputados que topam comprar essa briga
511 conosco, vamos ver se a gente consegue reverter esse quadro, porque até então
512 perdemos ainda um pouco mais do total da compensação financeira pelos
513 recursos hídricos 45% vinha para o Estado e 45% era distribuído por município
514 e nós tínhamos 30% desses 45% que vinha para o Estado, agora a partir desse
515 ano aprovaram uma Lei no Congresso Nacional que mudou mais ainda o Estado
516 só fica com 25% e o município com 65% então a cada ano que passa está só
517 reduzindo esse fundo e nós já tivemos ano aqui que nós tínhamos um orçamento
518 de 9 milhões e pouco hoje estamos com 3 milhões né então é uma situação
519 crítica e enquanto os problemas com recursos hídricos vão se agravando ao
520 passar dos anos o nosso orçamento vai realmente regredindo, foi bem colocado
521 Farenzena mas vamos organizar e fazer uma moção pra gente ter mais
522 argumento na Assembleia pra que a gente consiga realmente mobilizar um
523 número maior de deputados e comprar essa briga conosco que é uma briga feia
524 nós sempre comentávamos nas reuniões é igual quando você se não dá uma
525 balinha para uma criança e fala não isso aqui eu não posso te dar porque isso
526 aqui vai te fazer mal, a criança chora um pouco ali e se conforma, agora se você
527 der uma bala para ele e tomar aí a briga é muito mais feia e o problema agora
528 com esse Fundo de Transporte pra agora tirar esse recurso do transporte e
529 argumentar que o Meio Ambiente e Recursos Hídricos é mais importante do que
530 recuperar as estradas do Estado nosso igual esse Estado aqui é uma briga feia,
531 mas já tem uma luz no fundo do túnel que a gente tem amparo na Assembleia
532 que a gente consegue né. **Davis** (CI-LAGO) com relação a essa questão do
533 orçamento só um comentário muito rápido, a gente só está querendo para os
534 Recursos Hídricos o que é dos Recursos Hídricos, eu acho que o Conselheiro
535 colega da FIETO colocou muito bem, muitas vezes a gente tem o recurso
536 colocado no local inadequado por assim dizer, então a gente entende a
537 necessidade e a importância da infraestrutura para o Estado, mas o Estado tem
538 empréstimo do PDRIS e quando você olha o orçamento da infraestrutura você
539 vê todo esse fundo ou esse recurso que vai pra lá é insignificante, acho que a
540 palavra é essa, então o que salvaria a nossa lavoura aqui lá está sendo
541 insignificante espero que a gente consiga sensibilizar aí a gestão do Estado pra
542 esse reordenamento desse recurso e a outra coisa que eu gostaria de pedir
543 também para que você fizesse algum esclarecimento nesse Conselho eu acho
544 que agora é um bom momento é que quando a gente discute a conservação das
545 águas, a preservação, pra nós aqui da nossa região fica parecendo que a gente
546 está fazendo algo muito altruísta, as vezes até sem necessidade apesar de
547 escutar que um município ou outro falta água em determinado momento não tem

548 disponível, mas quando a gente está aqui em Palmas e olha para esse lago acha
549 que está tudo bem, mas a gente percebe que nesse período agora de mudanças
550 climáticas extremas onde se começa o ano com muita chuva e termina com
551 pouca chuva, eu gosto muito de lembrar do exemplo do nosso lago aqui em 2007
552 começou com a maior vazão já registrada e terminou com a menor vazão já
553 registrada desde que encheu o reservatório e agora ele está com a mesma
554 situação parecida ainda com relação a crise do Rio Tocantins eu gostaria que
555 você esclarece pra gente isso eu acho que é importante que esse Conselho
556 esteja a par e o nosso Rio Tocantins que não é só Tocantinense é um rio nacional
557 que acompanha a maior Bacia Hidrográfica brasileira existe hoje na Agencia
558 Nacional de Águas o Comitê de crise por conta justamente de vazão e a nossa
559 responsabilidade em cuidar das nossas águas, das nossas bacias. **Aldo**
560 **Azevedo** (Secretário Executivo) é, foi bem colocado, eu até ia colocar um vídeo
561 aqui, mas o tempo de vocês não é muito, tem que abreviar as coisas um pouco
562 aqui, o que aconteceu foi em 2016, 2017 que nós passamos pela maior crise
563 hídrica do Rio Tocantins, você atravessava ele em Miracema e lá em
564 Tocantinópolis lá abaixo da Usina do Estreito pulando de uma pedra para outra
565 realmente e o nosso lago aqui completamente cheio, estrondoso, aqui a água
566 que não tem aquela variação igual tem lá no Nordeste os reservatórios quando
567 é época da seca vai para 10, 15% Centro-Oeste está também assim hoje, Serra
568 da Mesa está melhor que o de Furnas eu estava olhando Furnas está com 11%
569 está igual lá Sobradinho que é um absurdo né o reservatório de Furnas lá em
570 Minas Gerais está com 11% de sua capacidade Serra da Mesa está com 18% e
571 esse ano pra nossa surpresa dia 24 viralizou ai toda rede social aquele vídeo
572 que no Tocantins ali em Pedro Afonso estava seco alguém filmou lá e jogou até
573 eu fiquei assustado realmente com aquilo lá e tem o Comitê de Crise que a gente
574 fica interligado aqui com a ANA, no dia 22 teve uma reunião por vídeo
575 conferência a gente fica conectado com toda a Bacia do Rio Tocantins, todos os
576 Estados que fazem parte da Bacia do Rio Tocantins e nós cobramos uma
577 explicação porque o rio secou tão repentinamente já estava seco a algum tempo
578 mas secou tão repentinamente a justificativa é que teve um sistema interligado
579 de geração de energia lá de Furnas entrou em colapso com uma das Usinas e
580 alguém tinha que socorrer e escolheram aqui Lajeado né, operador nacional de
581 sistema que coordena tudo isso aí autorizou Lajeado a liberar a água que estava
582 entrando numa vazão aqui de 600, 700 metros cúbicos por segundo que vinha
583 lá de Serra da Mesa que está chovendo ainda que a contribuição dos nossos
584 rios aqui é muito pouca entrava 600 liberava 600 a partir dessa data passou a
585 liberar 1.210, 1.230 para gerar para ligar mais 1 ou 2 turbinas na Usina aqui de
586 Lajeado para gerar energia que precisava socorrer o sistema por 2 dias e isso
587 deve ter provocado uma pequena cheia lá baixa acima do nível normal do rio
588 quase ninguém percebeu achando que era problema da chuva aí liberou 2 dias
589 aí o nível do reservatório de Lajeado como ele trabalha a fio d'água a variação
590 que ele sempre chega é 70 centímetros ele baixou além disso aí porque liberou
591 mais água do que estava entrando Serra da Mesa aí tiveram que fechar 2 dias
592 nos dias 23 e 24 fecharam as comportas da geração de energia para recuperação
593 do lago, mas fecharam muito a vazão fluente do rio de Lajeado para 230, 240,
594 secou praticamente o rio, na época da Piracema que é uma época que realmente
595 os peixes estão todos subindo você libera uma vazão de 1.200, 2, 3 dias antes
596 os peixes entendem que aquilo é uma cheia normal do rio começa a subir para
597 desovar, começou encher algum lago na margem evidentemente na região mais

598 baixa chegou a drenar para algum lago ali os peixes sobem no outro dia fecha
599 as compotas e um rio de 1.200 metros cúbicos por segundo ele baixa para 230,
600 240 ai você secou o rio, não tem outra explicação e vai ter outra reunião agora
601 da Sala de crise dia 17 no dia que estava na vídeo conferencia o pessoal da
602 INVESTCO estava presente na reunião para explicar a ONS explicou que foi
603 justamente por isso porque o operador nacional do sistema ele regulamenta todo
604 o sistema de operação da Usina tem um colapso lá no sistema interligado e
605 acionaram a INVESTCO para socorrer o problema mas, quer dizer, pra gerar
606 energia como foi dito na audiência pública na região Centro-Sul nós só
607 consumimos aqui 15% da geração de energia de Lajeado e nós ficamos com o
608 impacto ambiental com os prejuízos aqui no nosso Estado né vendo essa
609 calamidade para socorrer a região Centro-Sul do Estado que é um setor
610 industrial altamente industrializado aí a pergunta nossa vai ser essa em 2016,
611 2017 aconteceu a mesma coisa, em 2019 a mesma coisa, alguém tem que tomar
612 uma providência, nós não podemos ficar aqui só com o ônus né, está errado,
613 esse balanço aí não fecha, alguém tem que pagar essa conta né e o problema
614 pior não avisaram nada para os órgãos ambientais aqui, não avisaram nada esse
615 que foi o pior, ninguém sabia, ligamos para a Defesa Civil, não sabiam, ligamos
616 no NATURATINS também ninguém ficou sabendo, então uma decisão dessa,
617 uma decisão que é econômica e deixa todo mundo aí sem resguardo, agora é
618 uma pena, na audiência pública que teve na Assembleia que era para discutir o
619 Plano de uso Público de Lajeado, a INVESTCO também não compareceu lá, foi
620 convocada pela Assembleia e não apareceu na audiência pública e ficou todo
621 mundo falando e ninguém deu explicação de nada isso não é muito ruim essa
622 independência que temos no setor energético realmente deixando tudo a ver
623 navios. **Rodrigo** (CREA) só uma dúvida, qual seria o órgão estadual responsável
624 para fazer esse tipo de fiscalização, acompanhamento? Seria interessante o
625 Conselho fazer uma cobrança disso aí porque pelo que eu entendi houve alguma
626 falha em algum momento de alguém seria interessante o Conselho fazer essa
627 cobrança para isso não ocorrer mais. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) o
628 licenciamento da geração de energia é o órgão federal que é o IBAMA e a
629 Agência Nacional de Água tem um processo agora de renovação dessa licença
630 com interveniência do NATURATINS a renovação agora da licença é do
631 NATURATINS então teria que ser realmente o NATURATINS para tomar uma
632 providência nesse sentido para explicar realmente não tem outra explicação né.
633 **João Farcena** (SEINF) só para complementar essa questão desse incidente
634 tem outro aspecto aí dessa contribuição financeira que infelizmente aqui nós
635 ficamos com o passivo social, ambiental de todas as questões dessas
636 hidrelétricas porque esse repasse da contribuição financeira pela utilização é um
637 cálculo fictício do ICMS teórico da ponta de geração o que ela gera de ICMS lá
638 na ponta de consumo no Sul e Sudeste é totalmente diferente então a gente
639 politicamente para reverter isso, mas tem que ser registrado isso nessas
640 questões porque nós ficamos só com a migalha mesmo o real ICMS é cobrado
641 lá na ponta do consumo e eles calculam ele da ponta da geração mas o que
642 acontece, mas acho que tem que registrar isso aí porque eu acho uma grande
643 incoerência isso aí nos dá uma migalha sendo que o bolo grande vai lá pra onde
644 se consome e nós ficamos aqui com todos os passivos que uma hidrelétrica
645 dessa gera que não são pequenas. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) nós
646 quando levantamos essa questão, mas tem o Conselho da Secretaria da
647 Fazenda que pode até explicar isso melhor na época foi dito que teria que mudar

648 a legislação fiscal do país porque também na geração a fonte de participação do
649 estado do município é mais pelo IPI e repassa também a geração da produção
650 de combustível aí fizeram a conta se nós formos olhar por esse lado e mudar a
651 legislação como um todo acho que a gente perderia o repasse desse IPI de
652 geração de combustível que é muito maior, é dez vezes mais do que o da
653 geração de energia então esse balanceamento alguém da Fazenda por favor
654 poderia explicar. **Leandro Roeder** (SEFAZ), eu sou da Secretaria da Fazenda,
655 mas infelizmente a minha suplente a Linda não está presente eu da gerência de
656 zoneamento então essa parte Fazendária eu realmente não saberia explicar,
657 desculpa. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mas a justificativa deles é essa
658 realmente quando for fazer a conta falou aí vai penalizar não só o Tocantins mas
659 todos os Estados e o município que não tem produção de combustível, de
660 petróleo, que não tem refinaria de petróleo que dizem que todo imposto gerado
661 na refinaria de petróleo que lá na Bacia de Campos, não sei mais onde aí do
662 Nordeste é redistribuída para todo país aí esse é o argumento que a geração de
663 energia se for taxar na geração e não no consumo penalizaria a maioria do país
664 hoje então não dá para mudar isso aí é argumento deles do pessoal da área
665 Fazendária. **João Farencena** (SEINF) mas quantos estados que não tem nem
666 hidrelétrica, nós temos quantas? Então eu não acho que não está correto. **Aldo**
667 **Azevedo** (Secretário Executivo) mas é isso aí, o argumento deles é esse, que
668 tem um número muito grande de município que não tem produção de petróleo e
669 o dinheiro é distribuído da produção de petróleo lá da Bacia de Campos por
670 exemplo para todo país né. **João Farencena** (SEINF) sim, mas nós não temos
671 mar né. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) sim, mas é isso aí, teria que mudar
672 a legislação para aumentar o imposto aqui na geração de energia teria também
673 que aumentar o imposto lá pra produção de petróleo e não para o consumo aqui
674 né aí essa a política fazendária não pode fazer só atender só 1 item, atender só
675 o Tocantins, ela é nacional, quando faz, faz uma política para atender todo
676 mundo então tem esse balanço ai que eles dizem que não seria a solução aí e
677 traria um problema maior para o resto do país. **Davis** (CI-LAGO) a minha
678 sugestão é que isso entre na pauta para debate no ano que vem que esse
679 Conselho possa se debruçar sobre esse tema especificamente porque assim a
680 gente vê o momento em que nos é cobrado e aí não é só a região Sudeste é o
681 mundo que nos cobra a preservação dessa região, mas ao mesmo tempo as
682 contrapartidas pra manutenção e conservação disso elas não são efetivamente
683 realizadas é evidente que a gente precisa encontrar uma caminho que a ponte
684 pra isso o estado tem tido algumas iniciativas acho que a gente precisa
685 aprofundar um pouco mais esse debate é importante inclusive envolver os outros
686 estados que tem que estão na bacia do Tocantins Araguaia porque nós vivemos
687 aqui nesse episódio o que o São Francisco por exemplo vive a muito tempo o
688 grande conflito do uso da água de São Francisco é justamente esse é o setor
689 elétrico que dita as regras daquilo que dos seus reservatórios independente das
690 consequências pra irrigação no caso deles lá até para abastecimento humano e
691 aqui a gente viu isso acontecer a gente vai pedir para o NATURATINS, o
692 NATURATINS vai cobrar a INVESTCO e a INVESTCO vai dizer que tem uma lei
693 e me mandaram fazer eu fiz, só não comuniquei vocês então no máximo por ter
694 uma advertência por não ter mandado uma comunicação a tempo, é mas isso
695 não resolve não ataca a causa do nosso problema então eu acho que a gente
696 precisaria se debruçar nesse debate e se for o caso envolver a bancada federal
697 do congresso para que possa discutir essa situação porque mesmo as iniciativas

698 só do Estado como o RED+ e com outras iniciativas de pagamentos por serviços
699 ambientais eu acho que nesse caso específico seriam insuficientes e aí é
700 importante que a gente chegue no cerne da questão, o operador nacional do
701 sistema ele é um Conselho acima de tudo e de todos então eu até falo de
702 envolver o Congresso de repente uma moção alguma coisa que a gente pudesse
703 falar porque envolve isso, o modelo de gestão do setor elétrico que hoje pra esse
704 período de mudanças climáticas talvez ele não seja mais o adequado como você
705 mesmo falou, o impacto ambiental jusante a gente não tem nem ideia de como
706 mensurar isso. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) ok, vamos fazer essa
707 moção achar uma maneira mais técnica de fazer um documento que seja ouvida
708 né. **Alex Matos** (Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil) é só para
709 complementar a fala do colega e a gente está tendo vários problemas com
710 relação às barragens em si aqui no Tocantins e essa alerta tem que ser feito
711 porque não sei se as senhoras e os senhores lembram que em junho teve uma
712 Fake News de que a barragem de Lajeado iria estourar e teve um problema
713 terrível lá em Tocantínia, teve gente que saiu desesperado, subiu em árvores,
714 subiu a serra e teve um problema terrível e a gente já vem trabalhando essa
715 questão desde novembro do ano passado e aí aflorou um pouco mais depois de
716 Brumadinho e aí o prejuízo que o estado fica com esse passivo ambiental e
717 acaba acontecendo um passivo social pelo uso do recurso hídrico, a gente está
718 trabalhando com todos os empreendimentos desde o Estreito até São Salvador
719 a questão do plano de contingências acaba até voltando sempre ao mesmo
720 ponto que o colega do Comitê de Bacias colocou mais para fortalecer a fala do
721 colega pra poder estar discutindo essa questão do uso dos reservatórios e o que
722 ele causa o que ele produz para a sociedade como um todo não somente a
723 questão hídrica mas o hídrico que acaba gerando outros problemas e ai esse
724 problema que foi relatado no dia 23, 24 de repente toda a alteração que tem com
725 relação da influência dos lagos, das usinas, é informada pra gente e nesse dia
726 não foi informada a gente de repente verificou lá que tinha alguma coisa errada
727 e não foi passado pra gente, nem relatado, nem mencionado e a gente foi em
728 cima da INVESTCO e ela disse que a ONS mandou e que se eles não fizessem
729 estariam descumprindo uma ordem e poderiam ser penalizados, foi isso, só para
730 completar as falas dos colegas, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo)
731 obrigado pela colaboração. **Estela Maris** (AHITAR) eu vejo falar muito aqui a
732 gente está desde o início da questão energética e da questão de preservação
733 ambiental e a questão do transporte? Porque o transporte ele também concorre
734 na exploração de recursos hídricos essa questão ela é vista, ela é analisada
735 como essa questão é dentro do Estado, por exemplo, a questão da hidrovía
736 porque uma situação como essa que houve lá em Pedro Afonso no caso a
737 hidrovía também teria sido prejudicada caso a hidrovía estivesse implantada.
738 **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, isso é muito importante acho que cada
739 uso tem esse documento, nós teríamos que fazer um documento robusto para
740 cada tipo de uso né fazer realmente ter sua contribuição ter o seu considerando
741 lá pra gente fazer essa moção nós temos que unir todo mundo o Conselho é bem
742 representativo de todos os usuários de água aqui está bem representado né e
743 tem todas as instâncias aqui de governo também representada pra que a gente
744 faça um documento importante ter essa contribuição eu não sabia dizer da
745 hidrovía eu sei que tem um problema sério a muito tempo e começou lá com
746 Pedro Alves Lourenço agora conseguiram a verba lá com assinatura da Kátia
747 Abreu acho que conseguiu uma verba lá pra derrocamento mas tem um

748 problema da reclusa aqui em Lajeado acho que da reclusa está paralisado esse
749 processo e as vezes você teria mais condições de explicar isso pra nós do que
750 a gente explicar como está esse processo aí da reclusa. **Estela Maris** (AHITAR)
751 reclusa não é a única opção, tem outras opções que podem ser feitas, mas eu
752 queria entender se dentro do Estado há algum movimento para essa questão do
753 transporte, se há alguma pressão, cobrança, eu realmente não sei a nível
754 estadual. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, eu acho que a nível
755 estadual, o que a gente fala muito, hoje tem vários representantes do governo
756 aqui inclusive da Indústria também que é esse multimodal de transporte que a
757 gente vende essa ideia ai fora inclusive como sendo um atrativo de investimento
758 pra o Estado, mas essa questão da hidrovia também é federal a gente não tem
759 muito não tem feito muita coisa a não ser o governo do Estado com seus
760 deputados conseguir uma verba aqui outra ali e tal e tem essa ideia de que essa
761 logística de transporte realmente multimodal do estado é um atrativo para os
762 investimentos agora tem andado aí a passos muito lentos realmente o governo
763 tem se empenhado bastante com todos seus órgãos e as secretarias mas o
764 poder de decisão está além acima da pressão de estado eu acho que mais é
765 isso temos visto avançar muito aí a ferrovia norte-sul, a duplicação da Belém-
766 Brasília, da BR 153 mas a hidrovia do Tocantins Araguaia está em stand-by a
767 algum tempo realmente infelizmente é essa realidade nas estruturas de governo
768 de estado que a gente faz parte ai não tem nenhuma novidade assim alguma
769 coisa que possa alavancar apesar de que a gente vê que o atual Presidente está
770 dando agora um impacto muito grande no setor de infraestrutura a gente vê a
771 BR 163 aquela Cuiabá-Santarém sendo asfaltada a gente vê a Transamazônica
772 agora sendo asfaltada e estava praticamente interditada quem sabe agora não
773 é hora de chegar lá e alavancar essa hidrovia Tocantins-Araguaia com esse
774 modal de transporte pois é a 163 já asfaltou né é impressionante vivia um atoleiro
775 só, não sei quantos quilômetros lá os caminhões de soja atolado 40 anos agora
776 a Transamazônica também estão asfaltando, um grande avanço então acho que
777 a hidrovia é hora a ferrovia também já licitou esse trecho de Gurupi até São Paulo
778 já está licitada eu acho que está tendo um avanço muito grande nesse primeiro
779 ano de governo federal então eu acho que é hora da gente começar também a
780 pensar nos nossos problemas aqui em tese que são obras que dependem do
781 incentivo do governo federal, já tem aquela ideia da trans bananal em Gurupi nós
782 estivemos lá tem pouco tempo já estão fazendo um estudo, um termo de
783 referência pra ver de que maneira vai ligar a BR 242 de Formoso até São Felix
784 do Araguaia são 80 quilômetros ali já tem vários projetos lá que vão fazer uma
785 estrada parque e tal e já tem recurso pra fazer esse tremo de referência lá no dia
786 a senadora Kátia Abreu já assinou o compromisso que está assinado um termo
787 de referência para que tipo de estrada vai fazer na ilha do bananal para fazer
788 essa interligação desses 2 estados o Mato Grosso e o Tocantins ligando ao
789 Nordeste né, a 242. **Vilmar** (SICS) eu quero dar duas contribuições a discussão
790 da questão do órgão regulador nacional a ONS sistema de geração e a
791 discussão que o colega colocou para nós pautarmos e levarmos ao Congresso
792 Nacional só pra lembrar há uns 10 anos atrás de 2008 pra cá a questão dos rios
793 Madeira Tapajós Xingu despertou essa discussão inclusive com uma força
794 internacional a respeito em se contrapunha a construção das grandes
795 hidrelétricas na região Amazônica brasileira lógico que tem interesses talvez não
796 muito republicanos e nem nacionalistas mas houve a discussão e o Congresso
797 Nacional discutiu isso de uma forma bastante avançada pra época 10 anos

798 depois naturalmente que já tem outros elementos que possam ser colocados
799 mas é dizer o seguinte, que o equilíbrio naquela época que foi o que mais
800 ressaltou ficou mais evidenciado foi a questão dos estados geradores produtores
801 de combustíveis para o país e que o ICMS é gerado em cada um dos municípios
802 e tem uma repartição pra cada um dos estados de uma forma sem compensação
803 o argumento dos estados produtores é que é sem compensação e na verdade
804 não é sem compensação eles tem vantagens bastante expressivas financeiras
805 do ponto de vista da distribuição dos recursos a nível nacional, mas o recurso
806 que é gerado em cada uma das regiões e aí uma região de baixa densidade
807 demográfica é altamente prejudicada porque o consumo é pouco e a geração é
808 pouca né, a geração de recursos é pouca e aí nós temos por outro lado essa
809 questão, nós geramos energia assim como os Estados do Amazonas os Estados
810 de Rondônia e Pará principalmente né as maiores hidrelétricas e essa discussão
811 ela já tem bastante caminho andado então eu acho que talvez a gente precise
812 de se aprofundar um pouco mais, criar novos argumentos que nós estamos
813 pensando nesse momento são argumentos que já bastante debatidos, talvez já
814 estejam superados nós precisamos de compreender a coisa sobre uma nova
815 ótica esse ponto de vista que ele colocou uma nova cobrança do mundo a
816 respeito da preservação da região do serrado, das regiões amazônica que são
817 realmente novas visões que precisam ser colocadas em pauta e por outro lado
818 eu queria lembrar também que essa diferença de recursos que em tese a gente
819 acaba perdendo o combustível é realmente aquele número que você citou é
820 muito mais do que 10 vezes né então mesmo para as regiões pobres e de baixa
821 densidade demográfica a perda do recurso originário do sistema de distribuição
822 de combustíveis é muito maior do que está hoje é lógico, que isso não impede
823 que possamos requerer compensações ou requerer um direito de respeito pra
824 questão do operador nacional dos sistemas de que os impactos de que ela vai
825 gerar aqui ela tem que programar isso melhor não de uma forma que talvez dizer
826 por exemplo que seja só Lajeado que resolva um problema de uma queda de
827 produção de energia de uma outra região, não seria isso né, naturalmente que
828 daria pra distribuir um pouco pra Lajeado, um pouco pra Estreito, um pouco pra
829 peixe, um pouco pra Serra da mesa, e por aí dá pra pensar né as Usinas do Pará
830 né quer dizer ou uma distribuição mais justa não causa impacto do tamanho que
831 foi causado naquele dia então quer dizer, tem opções, tem maneiras de ser
832 resolvido o problema e não se causar tanto impacto e tantos prejuízos sociais e
833 ambientais como foi causado por esse episódio. **Aldo Azevedo** (Secretário
834 Executivo) muito bem colocado seu ponto de vista. **Rodrigo** (CREA) para ser
835 bem breve, só diante de tudo que foi dito, eu proponho que o Conselho faça uma
836 convocação pra INVESTCO para explicar o que aconteceu, é fato que ela
837 recebeu uma ordem da ONS mas o que de fato foi executado pra gerar essa
838 consequência, a execução foi igual a ordem? E também que o Conselho
839 provoque o NATURATINS para verificar o que tem sido feito para fiscalizar os
840 impactos ambientais causados eu acho que esses dois encaminhamentos já
841 resolveriam a priori essa situação e ano que vem discutia mais afincando essas
842 outras questões. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, eu acho que convocar
843 a INVESTCO o que ela vai dizer o seguinte, ela trazer a portaria emitida pela
844 ONS e dizer que o problema não é nosso nós estamos aqui cumprindo ordem
845 né o operador nacional de sistema que monopoliza todo sistema de operação da
846 Usina eu acho que tem que ser a ONS agora a ONS é complicado eles que tem
847 que ver vocês avaliaram o tamanho do impacto ambiental que causou uma

848 portaria dessa de vocês? Porque a INVESTCO ela está tranquila, ela está
849 coberta pela determinação da ONS está cumprindo determinação da ONS.
850 **Rodrigo** (CREA) mas ela executou o que foi solicitado a dúvida é essa, se ela
851 executou. A ANA está acima de tudo? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) sim,
852 ela está. **Rodrigo** (CREA) então tem que ser com ela. **Aldo Azevedo** (Secretário
853 Executivo) vai ter uma reunião dia 17 inclusive se vocês puderem participar por
854 videoconferência é da Sala de Crise da Bacia do Rio Tocantins nós levantamos
855 na reunião anterior aí a INVESTCO não estava presente na reunião aí eles iam
856 chamar a INVESTCO para explicar esse problema aqui, mas o que vão dizer é
857 isso ela vai dizer que cumpriu uma determinação vai comprovar e a ONS vai
858 dizer que foi determinado por causa de um problema que teve aqui no sistema e
859 ai tem que ver quem está acima da ONS, se é a ANA que outorga isso ai e tal, é
860 uma cadeia mas não podemos ficar calado a gente tem que fazer essa
861 argumentação e dizer que alguém está vendo isso ai que alguém está
862 percebendo não é assim como vem acontecendo em anos anteriores né esse
863 Conselho é para isso. **Conselheiro não identificado 1:22:40** mas se tu gerou
864 um...ambiental independente de quem mandou, acho que temos que ver a
865 consequência acho que é essa a linha jurídica que você tem que estar utilizando,
866 não é porque ele mandou, olha o impacto que deu, é um crime. **Antônio** (BRK)
867 eu acho que a gente podia também envolver toda a nossa assessoria jurídica
868 para ver o que a gente pode fazer, dar um melhor entendimento e também um
869 encaminhamento porque se houve uma decisão e uma situação que provocou
870 um impacto, é lógico tem que avaliar o tamanho do impacto e o que esse impacto
871 ambiental causou se você pegar a lei de crimes ambientais ela fala claramente
872 independente da situação que ocorreu eu acho que a gente tem que se embasar
873 bem concordo com todos os colegas pra gente se embasar bem pra saber, isso
874 daqui beleza, teve essa situação, e agora? Como é que a gente vai fazer? Se foi
875 comprovado, se foi diagnosticado essa situação, eu concordo que a gente
876 precisa de um apoio do NATURATINS para ele poder nos dizer pelo menos tudo
877 que foi feito de levantamento qual foi o tamanho desse impacto com esse
878 impacto baseado com assessoria jurídica de todas as coisas que poderiam
879 acontecer o que que a gente pode fazer em cima disso, a moção é o melhor
880 documento? O que a gente pode fazer? Essas seriam as grandes discussões.
881 **Davis** (CI-LAGO) só pra corroborar com o colega do CREA aqui eu acho
882 inclusive um chamamento também do NATURATINS a gente tem visto durante
883 esse período que está nesse Conselho eles de certa maneira deixando esse
884 Conselho desassistido, o Vice - Presidente do Conselho é do NATURATINS
885 então se o presidente não está, o vice deveria estar ai do seu lado ajudando a
886 gente aqui né de repente não precisaria estar esse debate todo teria essa
887 informação né então acho que o convite a INVESTCO a apresentar as
888 informações e a convocação do NATURATINS pra que isso seja esclarecido pra
889 nós e só fechando o argumento, na reunião da Sala de Crise o que a ONS quis,
890 que descobriu aqui um fórmula mágica que abre as compostas em Serra da
891 Mesa que é o grande reservatório regulador você sai produzindo energia até
892 Tucuruí então estamos longe de chegar no final disso ai porque é a saída fácil
893 que a ONS tem que produzir energia se eles já fizeram isso aqui a agente pode
894 imaginar que outras coisas pode vir acontecer porque quando a gente
895 questionou no dia da reunião a resposta da ONS é o seguinte, houve uma
896 emergência elétrica, tipo, eles não deram muita satisfação pra nós, e tipo, a
897 INVESTCO não está aqui na reunião, não interessa se ela estava ou não, ela

898 cumpriu ordem, ela iria estar lá pra que? Pra dizer para ONS que cumpriu ordem,
899 né, então eu acho que a gente precisa estar atento a isso e uma outra alternativa
900 é claro, que fica mais caro pra eles é acionar a cisterna elétrica quando tem essa
901 situação emergencial agora nesse sistema que eles estão fazendo aí eles estão
902 redistribuindo os prejuízos porque agora o pessoal usa a nossa energia que é
903 produzida nesse período e daqui a pouco vem a bandeira vermelha redistribuída
904 para todos nós então a gente tem água e tudo mais, produz energia mas tem
905 que estar pagando o reforço então é assim, é um debate mais complexo eu estou
906 só querendo reforçar que nós precisamos nos posicionar, é só isso. **Aldo**
907 **Azevedo** (Secretário Executivo) mais alguma colocação? Então vamos fazer
908 isso, nós podemos reunir a Secretaria Executiva desse Conselho pega todas as
909 propostas a gente senta, tem a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos né, fazer
910 uma reunião pra debater isso ai realmente né vamos debater e vamos ver que
911 documento pode fazer e o mais rápido possível pra ver pra quem vamos
912 encaminhar tem que ser pra ANA que é o responsável pela gestão do rio a nível
913 federal de água. Agora vamos voltar um pouco aqui. Essa outra ação 30.23
914 planejamento de planos e programas esse orçamento aqui que é para o Plano
915 da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio Santa Tereza nós criamos o Comitê
916 de Bacias do Rio Santo Antônio Santa Tereza e temos que elaborar o seu Plano
917 de Bacia, o Comitê sem plano é um Comitê desvestido né, nós temos que dar
918 esse amparo legal o Comitê só consegue recurso hoje federal e até estadual
919 hoje se ele tiver um Plano de Bacia elaboradora pra priorizar as ações um
920 prognóstico para onde esse Comitê caminha está no Plano de Bacia então
921 recurso possivelmente a gente vai colocar ai 500.000,00 para 3 anos vai ficar no
922 mínimo 1 milhão e meio aí esse plano, cada ano 500.000,00 para o orçamento
923 deles, elaboração desse plano e essa terceira ação parece que terceira e última,
924 a quarta instrumento da política né participação com a FAPTO para
925 monitoramento da qualidade da água esse aqui é muito importante hoje não
926 adianta eu dizer que tenho água em abundância igual a gente vê São Paulo hoje
927 Tietê passa no Centro de São Paulo e não tem qualidade então quando a gente
928 fala, vamos ver a qualidade da água, todo mundo fala, a qualidade da água do
929 Rio Tocantins é água muito limpa pra que essa preocupação tem que começar
930 agora algumas pesquisa alguma nota de imprensa ai até nacionais nós temos
931 algumas contaminações então esse projeto ele já existe, está paralisado, ficou
932 paralisado esse ano mas nós já temos uma previsão orçamentária para o ano
933 que vem pra reativar, a qualidade da água é importantíssima não adianta ter
934 quantidade e não ter qualidade a gente tem que ter esses dados ai pra ter uma
935 certa transparência até nosso sistema estadual de informações nacional sobre
936 recursos hídricos que é instrumento da política ter isso quando abrir a página da
937 SEMARH qual o rio, rio tal, rio Formoso ter tantas vazão e a qualidade da água
938 X o PH dele está bom ou ruim e acompanhar isso ao longo dos anos então
939 estamos hoje muito bem de monitoramento de quantidade nós temos hoje 42
940 estações agora em qualidade nós já estamos passando a partir do próximo ano
941 nós já vamos estar lá nós já temos esse ano 50 estações de qualidade de água
942 e o ano que vem a nossa meta é expandir já está definida para 65 pontes então
943 praticamente em 2020 nós vamos ter todas as sub bacias do estado do Tocantins
944 com monitoramento de quantidade e de qualidade de água e talvez em 2023
945 todas elas na nascente e na foz do rio, me diz o que está entrando na bacia e
946 saindo da bacia, que água que está entrando e que água está entregando lá no
947 final então vai ser um avanço muito grande até porque isso é um indicador do

948 nosso IPPA nós colocamos lá que 2023 nós temos que ter todas as bacias
949 hidrográficas o nosso monitoramento de quantidade e qualidade que esse é um
950 dos princípios da nossa política estadual de recursos hídricos oferecer água em
951 quantidade e qualidade para diversos usos, depois se chegar alguém aqui e
952 alguma dúvida tem alguma bacia que ainda não está com o sistema ainda todo
953 implantado em 2023 nosso PPA nós temos 100% das bacias monitoradas em
954 quantidade e qualidade então uma certa segurança para os investimentos os
955 para os empreendimentos que estão e até pra gente planejar as políticas ao
956 longo prazo porque hoje a gente sabe que a qualidade da água ela é muito
957 importante igual quando a gente vai eu sempre comento ai você vai ao médico
958 a primeira coisa ele olha e aparentemente diz que você tem isso, mas ele pede
959 o exame de sangue no exame de sangue ele sabe que tipo de infecção você tem
960 o que você tem, a mesma coisa um rio, uma bacia, quando eu vejo a qualidade
961 de água da bacia eu sei que tipo de uso está tendo naquela bacia se o índice
962 está com muito fósforo, estrogênio, potássio é agricultura, se é com material
963 orgânica, é uso as vezes de dejetos de indústria tal, química então eu sei pela
964 água do rio, pela análise da água do rio, não precisa andar em toda bacia, eu sei
965 que tipo de contaminação, que tipo de antropização tem naquela bacia e é muito
966 mais fácil eu tomar alguma decisão alguma posição mais localizada não preciso
967 andar em toda bacia então se a contaminação de material orgânica lá na BRK,
968 o BRK eu estou aqui com problema ou na ATS né porque a BBO está muito alta
969 aqui se é nitrogênio, fósforo, potássio, o que que é, é agricultura, o agricultura tem
970 algo com problema aqui olha o índice e isso tem que ser acompanhado ao longo
971 do ano isso não é da noite para o dia que se vai detectar isso mas tem que
972 começar a fazer essas coisas agora para daqui a 5, 6 anos a gente tenha
973 realmente uma série histórica muito boa e tenha uma radiografia do estado de
974 como está a nossa, nós sabemos hoje o eixo do desenvolvimento do país hoje
975 está deslocando os grandes centros para o interior e um grande avanço
976 realmente é na qualidade de água até a indústria está saindo hoje da capital
977 porque não consegue água é muito caro né Antônio, você que é mais da área
978 sabe disso é muito caro fazer um tratamento de água os caras estão procurando
979 alguma região que tem a água mais limpa para instalar suas indústrias, já tem
980 um estudo que prova isso, né Fernando, você sabe já tem deslocamento de
981 grandes centros para o interior justamente por isso, por causa da qualidade da
982 água que é melhor então esse é um projeto também muito bom uma pena que
983 ele paralisou agora em 2019 por causa de contingenciamento mas agora em
984 2020 vai reativá-lo e ampliar nós temos um programa federal e esse é o nosso
985 programa estadual né nós temos hoje a qualidade de água que é financiada pela
986 ANA esse aqui é o nosso estadual tem também o nosso do estado que as vezes
987 o nacional ele prioriza mais os federais nós temos que ter também os estaduais,
988 então fechando o orçamento desse ano como eu disse já tivemos ano que nós
989 tínhamos 9 milhões e caiu para 3.100.000,00 o nosso orçamento do fundo
990 realmente é uma queda bem acentuada está complicada a situação aí fazer
991 gestão de recurso hídrico com esse recurso mas é isso ai, essa é a proposta.
992 **Vilmar** (SIC) voltando na primeira ação, obras e instalações né, a pergunta é só
993 o seguinte, como é o processo de execução de obras e instalações da
994 SEMARH? Contratação direta através da Secretaria de Infraestrutura como que
995 são esses processos de execução? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é
996 muito boa a pergunta, esse é um processo que é feito pela SEINF o contrato que
997 nós temos vigente hoje de Barraginha foi feito pela SEINF a gente faz um termo

998 de referência, um projeto básico né, e repassa pra SEINF que faz a licitação e
999 contrata a empresa em licitação normal de empresa privada, não tem negócio
1000 de convênio, de parceria, é contratação de empresa realmente é uma empresa
1001 de construção civil que está contratada. Mais alguma observação? Está em
1002 votação o nosso plano quem for a favor levante o crachá por favor. 19 votos a
1003 favor. Quem é contra? Ninguém. Abstenção? Ninguém. Então aprovada com 19
1004 votos. Agora a próxima proposta de resolução é o nosso calendário, a gente
1005 sempre aprova o calendário na última reunião do exercício em curso para o
1006 exercício seguinte, a proposta nossa é que as reuniões sejam sempre na quarta-
1007 feira porque geralmente segunda e sexta-feira sempre tem algum problema,
1008 alguém viaja, e quarta-feira é um dia bom nós tínhamos aí o pedido da
1009 Assembleia para não colocar na quarta-feira, mas a Assembleia agora saiu do
1010 Conselho não está mais eu acho que esse dia de quarta-feira é um dia bom. A
1011 do COEMA é uma semana depois é de quinta para não sobrecarregar porque
1012 tem muito Conselheiro aqui que é do COEMA. Então essa é a nossa proposta,
1013 alguém tem alguma observação a fazer? Se não a gente coloca em votação.
1014 Colocado em votação. Quem é a favor? 19 votos a favor. Quem é contra?
1015 Ninguém. Abstenção? Ninguém. Então aprovada por 19 votos. Agora o item 7
1016 que é o informe da Secretaria, já aproveitando que foi uma demanda atual para
1017 que a gente faça essa moção eu queria o apoio de vocês para gente marcar não
1018 sei se a gente consegue marcar ainda para esse ano uma reunião da Câmara
1019 Técnica de Assuntos Jurídicos? Acho que dezembro já não dá, em janeiro? Acho
1020 que Janeiro todo mundo entra de férias nossa primeira reunião é em março, a
1021 previsão é 11 de março para que em fevereiro a gente faça essa moção pra
1022 submeter aos órgãos competentes que vai analisar direitinho pra quem que seja
1023 realmente encaminhado isso aí é importante que esse Conselho realmente se
1024 manifeste quanto a essa questão do Rio Tocantins ela é muito importante e tem
1025 uma coisa muito importante que não foi muito debatida na audiência pública não
1026 até não quis entrar em detalhe para não inflamar mais é a criação de Comitê da
1027 Bacia Tocantins Araguaia sem o Comitê de Bacia a gente fica falando aqui para
1028 as paredes, o Comitê é o parque de discussão que realmente todas essas
1029 questões inclusive de exigir o cumprimento do plano de uso múltiplo do lago que
1030 foi o objeto da reunião que teve lá na Assembleia, o Comitê da Bacia Tocantins
1031 Araguaia já temos o plano da Bacia Tocantins Araguaia, não temos o Comitê, as
1032 vezes confunde um pouco Comitê do Lago de Palmas, o nome ficou muito
1033 confuso, a maioria entendeu que aquele Comitê era do Lago, que tinha a
1034 jurisprudência tratada de alguma coisa do Lago não, o Comitê da Bacia
1035 Tocantins Araguaia é o Comitê Federal, Comitê Lago de Palmas é um Comitê
1036 da sub bacia que drena para o Lago de Palmas, mas o Lago de Palmas é um
1037 lago federal nós temos que ter o Comitê de Bacia Tocantins Araguaia que nós
1038 não assistimos muito, Brasília não está nem aí para o Comitê de Bacia Tocantins
1039 Araguaia que eles estão na nascente, as vezes só poluindo e a gente que só o
1040 Tocantins é o Estado que tem 100% da sua área na Bacia Tocantins Araguaia,
1041 o Pará já está lá mais embaixo também, Mato Grosso não está muito nem aí
1042 porque mais só Araguaia, Goiás não quer nem saber ainda mais o rio deles é o
1043 Araguaia e o Estado do Tocantins acho que tem que levantar essa bandeira
1044 somos nós aqui viu Davis, com os Comitês de Bacias Estaduais na criação do
1045 Comitê de Bacia Tocantins Araguaia já teve algumas reuniões lá no Maranhão
1046 eu fui uma época lá em uma reunião mas é um negócio meio sem fundamento,
1047 no Pará já teve uma reunião também para essa criação do Comitê mas também

1048 muito vazia, se o Tocantins não levantar essa bandeira eu acho que esse Comitê
1049 não será criado interessado na criação desse Comitê tenha que ser nós mesmo
1050 né, acho que o mais interessado somos nós mesmo, agora tem que alguém
1051 levantar a bandeira e assumir porque não adianta criar esse Comitê se a
1052 presidência não ficar aqui no Estado não vai adiantar muita coisa não, tem que
1053 levantar a ideia e a bandeira. **Davis** (CI-LAGO) só pra reforçar a importância
1054 dessa coisa do Comitê da Bacia do Tocantins Araguaia, a gente discute aqui a
1055 gestão das águas e acaba que nossa gestão de Bacias aqui ainda é incompleta
1056 né, a gente ainda não implantou todos os instrumentos da gestão e esse é o
1057 caminho que a gente vai precisar fazer no Tocantins Araguaia pelo que a gente
1058 está vendo aí com a máxima urgência tendo em vista esses conflitos inerentes
1059 a essas mudanças climáticas aí então uma hora tem água outra não tem, as
1060 nossas Usinas aqui todas praticamente fio d'água com isenção de peixe ali um
1061 pequeno reservatório e é importante lembrar eu lembro muito da fala do ex-
1062 presidente da ANA dizendo ó nós fizemos um balanço aqui o Brasil se fosse
1063 depender de reservar água pra abastecimento os nossos índices é menor que
1064 os índices africanos com relação a reservação de água então nessa perspectiva
1065 é preciso que os Comitês estejam criados e implantados com seus devidos
1066 instrumentos, o plano da bacia, os enquadramentos, as outorgas todas
1067 cadastradas, a cobrança pelo uso do recurso hídrico que é o que vai garantir que
1068 a gestão plena da bacia é isso e o nosso sistema de informações, então espero
1069 que o Formoso consiga completar lá a tarefa de implantar a cobrança e o próximo
1070 a gente discutir aqui a questão do Comitê da Bacia do Lago de Palmas pra que
1071 a gente tenha essa gestão mais eficiente dessa bacia aqui porque hoje a gente
1072 tem pouco, carece de algumas informações eu fiquei até aqui pensando viu
1073 Antônio que em 2017 como teve a crise mais feia do Tocantins faltou água para
1074 abastecer Imperatriz e eu fiquei pensando no caso de Palmas aqui com nosso
1075 abastecimento ali no Taquaruçu que é uma bacia nossa no caso aqui prejudicada
1076 se esse baixar de nível do nosso reservatório aqui não implicaria em alguma
1077 coisa ali já que a característica ali na captação é de remanso do lago então fiquei
1078 com essa preocupação, mas infelizmente não teve os dados da época com a
1079 gestão implantada de maneira completa a gente vai poder ter melhor essas
1080 informações e principalmente da transparência população é São Paulo hoje é a
1081 região metropolitana se você quiser saber a vazão dos reservatórios é só baixar
1082 um aplicativo e está lá pra todo mundo saber, então espero que a gente não
1083 chegue nessa situação de precisar faltar realmente o recurso hídrico para que a
1084 gente se movimente né. **Vilmar** (SIC) eu fiquei na dúvida se está nos informes
1085 da secretaria ou da ANA. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, está nos
1086 informes da secretaria executiva ainda. Nós temos inclusive, parece que
1087 chegaram dois conselheiros que não foram diplomados aí o Davis e o Marcos da
1088 ATS, vamos diplomar esses dois para ter mais validade nas nossas ações.
1089 **Jamila** (SEMARH) da Agência Tocantinense de Saneamento (ATS) o Marcos
1090 Antônio da Silva Júnior e Davis Miranda de Souza do Comitê de Bacias
1091 Hidrográficas do Estado do Tocantins. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) eu
1092 só queria reforçar o convite para dia 17 as 10 horas tem a nossa reunião da Sala
1093 de Crise nessa mesma sala via videoconferência de todos os atores
1094 principalmente os setores de geração de energia, o pessoal da ONS, da ANA, o
1095 operador nacional de sistema e a INVESTCO eles vão convocar ela para explicar
1096 alguma coisa pra gente ter um esclarecimento. **Vilmar** (SIC) essa é alguma
1097 audiência pública? **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) não, quando teve

1098 aquele problema, aquele colapso em 2016, 2017 a Agência Nacional de Águas
1099 criou essa Sala de Crise pra gente acompanhar a cada quinzena a situação
1100 como é que está o reservatório porque tudo aqui depende da Serra da Mesa, ai
1101 eles trazem o pessoal da SEMADEM que tem um diagnóstico de como está
1102 chovendo e a previsão futura eles fazem apresentação e diz como está a
1103 previsão de chuva pra região da bacia, de toda bacia e tem todos atores que
1104 pega desde Imperatriz o pessoal de Imperatriz está com problema de
1105 abastecimento, o pessoal da INVESTCO todo o setor energético e faz assim um
1106 debate, uma mesa redonda, não é uma audiência pública é uma reunião da Sala
1107 de Crise, essa Sala foi criada pela ANA e através de videoconferência a gente
1108 reúne a cada 15 dias e a próxima reunião é agora dia 17 e tem espaço para
1109 debater cada Estado é aberto, cada Estado tem a oportunidade de fazer as suas
1110 observações. **Miguel** (Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A) eu só
1111 gostaria que encaminhasse por e-mail esse convite no caso para replicar,
1112 obrigado. **Farencena** (SEINF) acho que nós precisamos registrar aqui no nosso
1113 Conselho a situação ocorrida nesse período seco na Bacia do Rio Formoso,
1114 vocês devem ter assistido na mídia inclusive nacional a partir de 16 de agosto
1115 até meados de outubro várias declarações do Ministério Público e só queria
1116 deixar registrado que aquelas imagens que vocês viram elas são todas de 2016,
1117 daquela crise que vieram capturar os botos, então isso precisa ser registrado
1118 porque não é possível que em um mundo de hoje estar convivendo com esse
1119 tipo de situação, a situação do rio nos pontos de bombeamento foram lá dia 30
1120 de outubro houve uma vistoria geral com o juiz de Cristalândia observando a
1121 situação do rio e não tinha nada daquilo que foi veiculado na mídia então acho
1122 isso uma sacanagem, não é possível a gente conviver com esse tipo de situação
1123 e o Ministério Público afirmando, Aldo, você que faz parte gostaria que você
1124 fizesse uma consideração afirmando todo tempo que o bombeamento eram
1125 ilegais então não tem condições da gente conviver mais com esse tipo de
1126 situação porque não é possível o 4º poder estar instituído e ninguém fala nada e
1127 todo mundo na cegueira seletiva, ninguém vê, é o 4º poder fui tentar, não só da
1128 área jurídica mas fui tentar me inteirar, ninguém pode se aproximar do Ministério
1129 Público, não é possível que a Constituição de 88 deixou essa situação de
1130 vulnerabilidade todo mundo, a bacia mais monitorada do Brasil, todas as bombas
1131 da bacia tem medidor de vazão que transmite em tempo real por telemetria passa
1132 aqui pra Palmas e pra que isso serve? Só pra dar palestra fora do Brasil pra dizer
1133 que a gestão de alto nível a bacia mais monitorada do Brasil porque são
1134 denúncias e ações se não forem semanais são mensais então sinceramente eu
1135 não sei o que tem por trás de tudo isso, mas preocupação ambiental não justifica
1136 tudo isso porque todos os empreendimentos legalizados, todos com outorga,
1137 todos com CAR, georreferenciamento, com tudo, todas as formalidades que
1138 estão na legislação estão cumpridas, então são 94 bombas todas monitoradas
1139 só que só serve pra ir vender lá fora a ideia da gestão de alto nível então não sei
1140 o que tem de sombrio por trás disso tudo porque não é possível a gente conviver
1141 com isso, é uma situação vergonhosa e tudo que você vê inclusive em cadeia
1142 nacional no Bom dia Brasil início de outubro falando com as mesmas imagens o
1143 que o pessoal pra PROESTE foi atrás, do JAIME CAMARA a não essa imagem
1144 foi cedida por Gurupi pra reverter a situação você tem que pagar no horário nobre
1145 no Jornal Nacional uma matéria ao custo de mercado pra dizer que aquilo não é
1146 verdade então isso não é possível gente, essa situação de medo que está sendo
1147 levantada pelos produtores, os empreendedores da região sinceramente o que

1148 esperam pra várzea nós temos a maior várzea em potencial do mundo, ela tem
1149 de 3 a 4 milhões de hectares tirando 2 milhões da ilha, sobra 1,4 milhões o
1150 Estado tem em torno de 120.000 sistematizadas que podem ser feitas 2 se
1151 tivesse água até 3 safras por ano, então do jeito que está ai da forma como está
1152 indo, tem outros interesses de outros estados na questão da produção de
1153 semente de soja que é o único local do Brasil que não precisa cumprir vazão
1154 sanitário de julho, agosto e setembro sem soja em função da sobre irrigação que
1155 não permite a produção por causa do vírus da ferrugem então isso ai está indo
1156 com jeito lá fora o Mato Grosso já fala não a semente do Tocantins não presta
1157 mais, porque o promotor que diz o dia que pode bombear, que dia pode começar
1158 e terminar o bombeamento, o mês que precisa encher o grão não pode bombear
1159 porque o promotor não deixa, isso eu vejo dito assim corrente no Mato Grosso e
1160 Mato Grosso do Sul pelos sementeiros de lá então a PROSOJA Brasil está por
1161 trás disso, então eu acho assim que é um assunto que tem que ser discutido aqui
1162 no Comitê, porque o que que serviu? Em 1 ano a bacia foi toda regulamentada,
1163 não existe nenhum caso, a ANA sabe disso, a ANA veio aqui porque não
1164 acreditou nessa situação, gostaria que você mencionasse isso foi feito tudo,
1165 todas essas condições foram feitas e pagas pelos produtores para que? É
1166 insaciável, o Ministério Público é um saco sem fundo, não tem nada que consiga
1167 com eles então a nível de Brasil eu acho que está não existe esse tipo de
1168 situação, não existe uma condição semelhante no Rio Grande do Sul divisa com
1169 Argentina, no rio Uruguai mas Goiânia que coordenou, gastaram 11anos para
1170 regularizar essa questão de controle de vazão 100% pago pela União, aqui 100%
1171 pago pelos produtores em 1 ano resolveu e continua todos os dias você vendo
1172 ai na mídia essas declarações que sinceramente está difícil de conviver com
1173 isso, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mais alguém quer fazer
1174 alguma colocação? O Farenzena disse uma verdade começando por aquelas
1175 elevatórias, quanto nós brigamos lá nas audiências públicas que já teve até a 7º
1176 audiência pública, foi difícil convencer o promotor e o juiz de que a reservação
1177 de água no período que tem água da chuva pra usar no período que não tinha
1178 água era uma medida assertiva a primeira medida dele era pra detonar o
1179 reservatório, não pode barrar o rio, destruir, não pode, mas a primeira ação do
1180 promotor era para destruir as bombas que não podia segurar água no Formoso
1181 que estava acabando com o meio ambiente, sendo que é o contrário né, todo
1182 mundo sabe e lembra desde a época da civilização que lá no Egito no rio Nilo
1183 seguravam água e faziam suas derivaçãozinhas faziam massa batida de mão
1184 para ir reservando a água na época da chuva para usar na época da seca, a
1185 irrigação é isso ai, não tem como você ser diferente, e no Formoso agora chegou-
1186 se a um termo comum que não tem que destruir as elevatórias, já estão querendo
1187 construir mais, alguém lá do Formoso já quer fazer um lá em cima no Formoso,
1188 duas, então já há um consentimento de que aquilo é viável é possível a saída é
1189 por ai agora partir pra outro lado, de reserva legal, de não sei o que, realmente
1190 uma luta incansável do sistema de produção lá do Formoso e a gente vê aquilo
1191 ali e temos que tomar uma decisão aqui inclusive nesse Conselho, o professor
1192 Jair estava na reunião do Comitê de Bacia fazendo 2 ofícios, já aprovou lá o
1193 Comitê vai encaminhar para o Ministério Público e pro Judiciário, vamos ver a
1194 reação deles com aqueles ofícios senão vai ter que trazer essa questão pra cá
1195 para tomar uma deliberação de alto nível um nível mais superior mais alto que é
1196 a instância mais superior para tentar resolver aqui, parece que já há um
1197 entendimento do juiz de que o Comitê de Bacias tem que se manifestar e eles

1198 vão rever alguma coisa algum parágrafo que está um pouco desnordeando a
1199 finalidade do Ministério Público e o Ministério Público passou realmente a ser o
1200 gestor das águas lá no Formoso até a data o dia de outorga o Ministério Público
1201 é quem diz só é até o dia 31 de julho caso o produtor queira irrigar ele tem que
1202 entrar com um pedido bem antes em maio dizendo que ele quer irrigar mais 15
1203 dias, quer dizer, o Ministério Público não tem essa prerrogativa de fazer gestão
1204 de água, ele tem as suas questões ambientais, ele pode propor uma ação, uma
1205 fiscalização, mas não determinar e assinar lá na região do Formoso e são coisas
1206 que acontecem lá e a gente fica assustado, o ENCOB quando chegamos já
1207 estava assinado e uma coisa que nós achamos muito ruim na bacia foi uma briga
1208 muito grande pra gente unir o Comitê de Bacias Lagoa e Formoso são dois polos
1209 de irrigação e tinha uma rixa muito grande entre as 2 comunidades o Comitê de
1210 Bacias foi um palco de união até conseguir munir todo mundo tomando decisões
1211 e ali realmente unido todo mundo dizendo, não, é a bacia toda, é Formoso e
1212 Lagoa, então todo mundo juntando, porque é a bacia né e não o município,
1213 quando foi agora com esse TAC esqueceram Lagoa e fizeram só da irrigação de
1214 Formoso, ou seja, desfez todo um trabalho de 2 anos, então aquilo foi um
1215 retrocesso muito grande todo o avanço que nós tivemos ali naquela bacia do
1216 Formoso, de toda negociação que teve, quer dizer, inspecionado pelo Ministério
1217 Público, só o projeto do Formoso, deixou toda a bacia fora, quer dizer, foi muito
1218 ruim, um retrocesso muito grande, para todo o trabalho e o desgaste que nós
1219 tivemos ao longo desses 2 anos de judicialização naquela bacia passaram uma
1220 borracha e zeraram tudo aquilo, isso é muito ruim mesmo e sem nenhum
1221 comunicado ao Comitê, o Comitê não assinou nada, foi do Ministério Público o
1222 projeto do Formoso com o distrito, vamos ver Farenzena como é que fica essa
1223 repercussão da deliberação do Comitê de Bacia senão a gente traz aqui pra
1224 discussão do Conselho a respeito disso aí, foi bem lembrado, temos que registrar
1225 isso aqui. **Antônio** (BRK) no Conselho Estadual de Meio Ambiente vai começar
1226 a discussão a respeito da Resolução do COEMA 07 e a revisão dele e é lógico
1227 dentro do COEMA 07 existe algumas coisas referente a questão de águas eu
1228 entendo que seria interessante uma vez a gente já tinha comentado isso eu não
1229 sei se teve pra frente com relação a ter a Câmara nossa e a nossa Câmara
1230 recomçado a trabalhar também numa resolução pra poder casar com a
1231 resolução do COEMA já que está previsto para o próximo ano estar fazendo isso
1232 em razão de várias situações que a gente tem dentro do próprio COEMA 07 que
1233 fala a respeito de recursos hídricos e que não foi feito pelo Conselho de recursos
1234 hídricos não é? Eu acho que caberia a gente já também estar trabalhando dentro
1235 disso aí para ano que vem assim que sair a resolução, a nova COEMA a gente
1236 ter uma resolução do Conselho Estadual casando com as informações para
1237 montar com as informações divergentes eu acho que seria interessante a gente
1238 já pensar isso para o ano que vem. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) muito
1239 bem colocado, nós temos a Câmara Técnica de outorga da água que quando
1240 inclusive é o NATURATINS vamos retificar essa Câmara Técnica, Jamila anota
1241 aí pra gente convocar o NATURATINS pra tomar essa posição que eles são os
1242 maiores interessados e a Câmara Técnica eles são os coordenadores da
1243 Câmara Técnica de Outorga e eles tem que estar. **Vilmar** (SIC) quero pedir
1244 permissão para os colegas e trazer um pouco mais de informações a respeito da
1245 hidrovia do Tocantins, inicialmente vale lembrar que, as hidrovias defendidas pra
1246 região centro norte do Brasil o eixo norte eles movimentam o plano do governo
1247 federal do Tocantins ao Araguaia entretanto, pelos estudos que foram feitos a

1248 nível federal e alguns estudos internacionais já alguns grupos econômicos
1249 interessados em explorar o modal logístico de hidrovia verificaram que as
1250 características dos rios são diferentes, é um rio novo, não é um rio antigo e que
1251 num rio novo o custo operacional de uma hidrovia seria muito alto e quase que
1252 inviável para os parâmetros atuais é realmente inviável entretanto o rio Tocantins
1253 tem alguns facilitadores que estão sendo criados e que inclusive são
1254 contemplados com projetos da década de 60, o caso das hidrelétricas, quando
1255 é construído uma hidrelétrica, eleva-se o calado e a possibilidade da navegação
1256 pra barcaças que é o tipo de transporte pra produtos de grande quantidade não
1257 pra navegação turística, ou pra navegação de passageiros, mas para navegação
1258 de transporte industrial ela é viável, a primeira demanda pra hidrovia do
1259 Tocantins funcionar, o primeiro trecho lá até o norte do Estado quando foi criado
1260 o projeto do praia norte é uma demanda do polo industrial de Manaus é uma
1261 demanda do setor de 2 rodas que disse o seguinte, o custo operacional em razão
1262 dos impactos ambientais pra operar na região de Belém é muito alto porque é
1263 formado por questão de mangues e o impacto ambiental de um porto e o custo
1264 pra licença ambiental pra manter esse porto num ambiente desse é caríssimo
1265 então a sugestão que eles deram é que se tivesse um porto a margem do rio
1266 Tocantins a partir da existência da eclusa lá de Tucuruí e também mesmo que
1267 desse para operar só parte do ano já era viável com redução de custo de 37,5%
1268 de ganho em competitividade, redução de custo em transporte, ganho de
1269 competitividade no processo de sistema de transporte, então esta foi a primeira
1270 demanda, depois da sinalização da existência do porto de praia norte surgiram
1271 outras demandas por grupos nacionais e internacionais pra transporte de soja
1272 saindo a partir do território dessas regiões Mato Grosso, Tocantins, Bahia, sul do
1273 Piauí, sul do maranhão, e até mesmo do Pará e Mato Grosso, então ai surgiram
1274 interesse então de 8 estados que demonstram e se tivermos a hidrovia tem um
1275 modal que tem um poder de competitividade extremamente alto e eu acho que
1276 vale a pena uma hora a gente fazer uma apresentação aqui pra mostrar pra
1277 vocês números um pouco mais impactantes, mas de primeira noção dizer-se que
1278 quando 1 tonelada por quilometro numa rodovia custa 8 unidades monetária e
1279 essa unidade monetária qualquer que seja onde você quer comparar a nível
1280 global, é um dado global, é cobrado esse valor pra se dizer que é viável né, o
1281 caminhão só vai transportar isso na rodovia sendo viável dando lucro pra
1282 transportadora, para as empresas de logística, essa mesma tonelada em 1
1283 quilômetro na ferrovia se viabiliza ao custo de 4 unidades monetárias e na
1284 hidrovia se viabiliza ao custo de 1 unidade monetária, então essa relação de
1285 custo e competitividade ela determina instantaneamente que a hidrovia é
1286 altamente viável, acontece que a ferrovia que nós temos operando para no norte
1287 nos últimos 8 anos aqui no estado do Tocantins vem cobrando em torno de 92%
1288 do custo do modal rodoviário se você disser que é 8 unidades monetárias, 9
1289 vezes oito é 72, é mais de 7,20 centavos a tonelada por quilômetro comparada
1290 em reais, alguma coisa assim, os dados usados em moeda real por quilômetro
1291 na rodovia e na custa 7,20, poderia custar apenas 4 e estava viável o negócio é
1292 viável dentro do ponto de equilíbrio previsto nos projetos que são projetos de
1293 longo prazo no mínimo 25, 30 anos acontece que quando a ferrovia cobra esse
1294 valor pra transportar com essa margem extra de lucratividade ela baixa o seu
1295 ponto de equilíbrio para 1/3 do seu tempo então ao invés de 30 anos em 10 anos
1296 a ferrovia se paga e ai então o negócio é altamente lucrativo em relação aos
1297 projetos globais, nenhum projeto no mundo tem uma margem de lucro tão alta

1298 quanto a ferrovia do Tocantins ou nessa região do Brasil, então esse é o
1299 elemento eu uso essa comparação pra dizer que a hidrovía então, sendo viável
1300 a partir de 1 unidade monetária ela tem uma margem de 300 e até 500% pra
1301 determinar sua viabilidade isso com todos os investimentos imagina um
1302 investimento de 7 a 8 bilhões de reais para viabilizar a hidrovía, isso fazendo
1303 derrocamento, sinalização e balizamento em toda extensão e é lógico eu sou
1304 defensor do modelo de desenvolvimento industrial do nosso estado mas eu
1305 respeito a questão ambiental especialmente o arquipélago do tropeço lá em
1306 Peixe dali pra rio acima ou dali pra baixo no sentido sul, eu não recomendo, o
1307 arquipélago do tropeço é uma coisa que eu acho que seria intransponível para o
1308 modal hidroviário, ali não se deve romper aquele processo, deve se manter, mas
1309 de Peixe a Belém é uma extensão de 1.500 quilômetros que seria uma das
1310 maiores hidrovias do país então isso um ambiente para essa região do Brasil,
1311 podemos dizer assim, uma redenção em termo de grande competitividade pra
1312 gente ganhar mercado para os nossos produtos e inclusive trazer produtos pra
1313 nossa região saindo do eixo de recepção de produtos do sistema de Campinas
1314 que é o grande hub aéreo nacional e o grande hub logístico nacional, então
1315 criaríamos uma outra região um hub logístico em uma outra região do Brasil que
1316 é a nossa tendência e apenas eu imagino que a gente estaria com essa
1317 conscientização contemporânea desse processo porque isso vai se dar em 100,
1318 200, 300, 500 anos isso vai se dar com certeza, mas que a nossa sociedade
1319 contemporânea pudesse ser beneficiada por esse empreendimento, não é uma
1320 coisa simples é um projeto que a gente precisaria de ter uma competência
1321 política de sensibilizar todos os representantes do Congresso Nacional dessas
1322 8 unidades federadas não são só elas, o estado do Maranhão também se
1323 apresenta interessado nisso, o estado de Mato Grosso é um dos maiores
1324 interessados, o Norte do Goiás tem ganhos com isso basta saber defender
1325 também mas isso precisa de articulação política de grande competência dizer
1326 também que o valor do investimento necessário tem sido demonstrado interesse
1327 ao longo dos anos pela Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços e nas
1328 missões internacionais que eu participei interesse de grupos principalmente os
1329 grupos holandeses que tem o maior desenvolvimento na área em hidrovía do
1330 mundo, tem grupos holandeses, mas tem grupos espanhóis, alemães que tem
1331 interesse na operação desse modal, o que que falta pra se resolver a questão
1332 de fazer concessão da hidrovía no Brasil, falta modelo de concessão de hidrovía
1333 no Brasil, nós temos expertise e temos excelência no modelo de concessão
1334 rodoviária no Brasil, então as empresas ganham dinheiro e colocam rodovia de
1335 qualidade pra ser usada o modelo de ferrovia está passando por um processo
1336 de transição, é um modelo que está em aperfeiçoamento, um processo de
1337 terceirização, um processo de concessão, mas para modelo de hidrovía não tem
1338 o modelo que atenda uma hidrovía da dimensão dessa e com as superações
1339 necessárias para superar os desafios que essa então uma das questões é essa
1340 e uma que a gente não pode permitir de jeito nenhum é que o modelo de
1341 operação que se adote para transpor a eclusa de Tucuruí seja mudado para as
1342 demais eclusas que são necessárias construir, então tem uma ideia por exemplo
1343 que eu já ouvi falar é de que a passagem de uma barcaça digamos, de 8 metros
1344 de largura em Tucuruí no rio Tocantins acima, Estreito, Lajeado e as outras
1345 eclusas que pudessem existir no futuro, poderiam ser de 6, 4 metros, isso é uma
1346 estupidez, um absurdo esse tipo de coisa não se pode pensar de forma
1347 nenhuma, não se pode aceitar de forma nenhuma, isso é uma coisa que o

1348 Conselho que tem responsabilidade com a questão do equilíbrio ambiental, mas
1349 também social, e aí pode contribuir perfeitamente com a questão desse momento
1350 regional que é o nosso papel, Secretaria de Indústria e Comércio tem essa
1351 responsabilidade, desenvolvimento e apresentação dessas políticas de
1352 desenvolvimento regional e a questão do modal logístico é um dos grandes
1353 vetores de desenvolvimento regional então a hidrovía seria uma oportunidade
1354 pra isso e a gente não pode pensar de forma nenhuma em fazer transbordo a
1355 partir do momento que você tem uma via é como se você pegasse a rodovia no
1356 trecho que está duplicada lá em São Paulo e aí pra entrar pra BR 153 mais ao
1357 norte tivesse que mudar de caminhão porque a barçaça também teria que mudar
1358 de barçaça seria uma coisa completamente estúpida né teria que ter ambientes
1359 pra isso, encarecer o processo e perda de competitividade então eu acho que é
1360 uma coisa que está no horizonte pra ser construída tem que ser construída de
1361 uma forma competitiva já com o maior ganho possível então eu queria trazer
1362 essa informação e queria dizer que em uma outra oportunidade a gente ter uma
1363 apresentação sobre esse assunto tem feito a longo dos anos a nível internacional
1364 e são informações que eu acho que vale a gente nivelar aqui pra gente contribuir
1365 nesse processo não imagino que a solução seja para os próximos 3,4,5 anos
1366 talvez nem nos 8, mas que esteja no horizonte e que saibamos que a hidrovía
1367 do Tocantins é uma hidrovía viável, desejável e não contribui só com o
1368 desenvolvimento do Estado do Tocantins, para o desenvolvimento da região
1369 Norte do Brasil e consequentemente do Brasil. **2:11:20 Conselheiro não**
1370 **identificado** Vilmar, você sabe até quando vai a concessão da ferrovia do trecho
1371 norte aqui? **Vilmar** (SIC) normalmente são 30 anos **Conselheiro não**
1372 **identificado (o mesmo acima)** porque ela não ganha na escala? O governo
1373 92% mas não tem escala, o que adianta? **Vilmar** (SIC) que não tem escala
1374 rapaz? Só te dizer que no período agora da safra ela já tem estrangulamento,
1375 ela não tem mais capacidade de escoar a partir de 2020, 2021 a capacidade de
1376 transporte pela quantidade de equipamentos, máquinas e entrada na ferrovia
1377 Carajás eles já estão estrangulados, já vai ter trem que vai ficar lá esperando 2
1378 dias **Conselheiro não identificado (o mesmo acima)** mas vai estrangular por
1379 Carajás? **Vilmar** (SIC) é, pelo poder que está construído hoje né, porque a
1380 ferrovia norte sul entra em Carajás para poder chegar em Itaqui. **Conselheiro**
1381 **não identificado 2:12:30** é tem que duplicar. **Vilmar** (SIC) inclusive completar
1382 o trecho pra Belém **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) muito bem esclarecido
1383 Vilmar, a nossa amiga da AHITAR eu também tinha essa dúvida porque essa
1384 hidrovía não sai do papel? Uma obra isolada lá, derrocamento, mas foi bem
1385 explicado realmente muito bom, depois nós podemos né Fernandes, pedir para
1386 fazer uma apresentação dessa aqui um dia que tiver uma pauta mais light né e
1387 seria bom nivelar isso aqui. **Estela Maris** (AHITAR) ficou bem claro, acho que
1388 ela é viável e desejável. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) é, muito bom.
1389 **Conselheiro não identificado 2:12:53** antigamente era 1 pra 7, hoje é 1 pra 8,
1390 pior ainda, Água Doce com rodoviário **Davis** (CI-LAGO) eu só queria falar
1391 rapidamente aqui, nós participamos de uma audiência pública aqui na
1392 Assembleia no último dia 3 de dezembro e foi um instrumento interessante para
1393 o debate né, foi discutido os usos múltiplos do lago, mas a gente acabou
1394 extrapolando mais pra essa questão dos recursos hídricos então fica aqui a
1395 observação que de repente esse Conselho possa lançar mão desse instrumento
1396 também de diálogo com o Legislativo pra apontar aquilo que a gente entende
1397 que pode caminhar porque no final das contas a gente está tratando de um bem

1398 comum que é a água dotado de valor econômico e essencial pra vida inclusive
1399 dos seres humanos e muitas vezes o que se vê são os interesses menores com
1400 relação ao uso da água então a gente pôde ver lá um amplo espectro da maneira
1401 de como as pessoas olham pra esse lago e eu acho que isso enriqueceu a nossa
1402 gestão eu espero que as questões apontadas no ponto de vista econômico e
1403 financeiro junto ao Estado possam ser realmente efetivadas com relação
1404 principalmente ao fundo, mas isso ai eu entendo que é uma das coisas eu acho
1405 que outras coisas podem estar interligadas nessa questão e a segunda coisa é
1406 saudar e parabenizar o governo do Estado pela inclusão dos Comitês de Bacias
1407 aqui no Conselho porque quando o Estado erra e quando acerta tem que falar
1408 também, é um acerto o governo do Estado incluir os Comitês de Bacias no
1409 Conselho, são os Comitês que estão na primeira instância na gestão de
1410 Recursos Hídricos e é importante que esse Conselho aqui tenha as informações
1411 e possa de fato discutir a realidade da gestão de recursos hídricos não uma
1412 questão mais teórica aqui que a gente as vezes se concentra nessa conotação
1413 então eu acho que o governo de estado acerta quando inclui os Comitês de
1414 Bacias no Conselho, esse Conselho ganha muito eu fico com a Conselho mais
1415 qualificado e eu queria perguntar o que se deu sobre a instituição do Comitê do
1416 Lago do Rio da Palma que nós discutimos aqui e aprovou minuta de resolução
1417 e tudo mais e a gente não viu a instituição desse Comitê, do mais é isso. **Aldo**
1418 **Azevedo** (Secretário Executivo) vou passar pra Jamila (SEMARH) que está
1419 acompanhando esse processo acho que tem só o decreto, falta só o decreto de
1420 aprovação né? **Jamila** (SEMARH) então, foi aprovado na reunião de junho, foi
1421 encaminhado pra Casa Civil mas a Casa Civil editou um decreto em março desse
1422 ano que regulamenta a forma como os documentos entram para serem
1423 analisados na Casa Civil então todos os processos da Secretaria que estavam
1424 lá na Casa Civil retornaram e a gente está adequando os processos e estamos
1425 aguardando o agendamento específico com o governador porque o decreto tem
1426 4 pastas, a gente tem que ter uma nota explicativa feita pelo técnico responsável
1427 na secretaria, uma análise de impacto financeiro e uma análise da assessoria
1428 jurídica da secretaria quando o processo está instruído, o secretário agenda um
1429 despacho específico com o governador leva um pedido formal e o governador
1430 tem que dar um autorizo para o processo dar andamento então o nosso
1431 secretário está fazendo um esforço para conseguir esse agendamento pra
1432 despachar todos os nossos processos mas isso ainda não foi possível ele chega
1433 de viagem na próxima semana e eu vou sentar com ele novamente para que a
1434 gente possa fazer, nós estamos com 5 processos aguardando esse
1435 agendamento. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) porque Davis, o maior
1436 problema hoje de edição de decreto é o impacto financeiro, o governado está
1437 muito preocupado hoje, qual impacto financeiro? É difícil a gente quantificar o
1438 impacto financeiro, até o impacto financeiro ele é positivo hoje quando se cria
1439 Comitê de Bacias a gente consegue captar recursos da área federal a exemplo
1440 o pró-comitê, o pró-gestão né, é do governo federal e uma observação de que
1441 está sendo difícil essa percepção hoje pelo governo do estado é que toda gestão
1442 de recursos hídricos hoje não depende praticamente nada nenhum centavo da
1443 fonte 100 do governo é toda captação de recurso né, mas a gente tem uma certa
1444 dificuldade em colocar isso no papel, explicar isso, tem que ter um certo cuidado
1445 pra não agredir alguma instância e tal, então já estava prontinho quando voltou
1446 novinho e o impacto financeiro disso né, qual o impacto? o impacto financeiro é
1447 positivo, nós vamos captar recurso, uma criação de Comitê, ai tem que entrar o

1448 setor financeiro, pra ajudar fazer uma nota técnica bem fundamentada e mandar
1449 lá pra lá e ai fica aquele negócio está um pouco engessado ainda né, primeiro
1450 ano de governo tem um certo receio de que isso possa causar um impacto
1451 financeiro negativo o governo não pode ter gasto com isso, está criando uma
1452 estrutura porque isso vem de governo federal, a gente vê nos conselhos o
1453 esvaziamento dos conselhos a nível federal né aquilo confunde muito a coisa,
1454 confunde o Conselho desse de recursos hídricos como nós, o meio ambiente
1455 que é uma atividade voluntária, os conselheiros não custam 1 centavo para o
1456 Estado, diferente do conselho deliberativo da Petrobrás, da Caixa Econômica
1457 que cada conselheiro ganha seus 60.000,00 reais pra reunião por mês e aprovar
1458 lá uma prestação de contas então quando se fala conselho, todo mundo, até o
1459 próprio governador, o presidente praticamente extinguiu todos os conselhos a
1460 sorte nossa é que do Meio Ambiente e Recursos Hídricos não podem ser extintos
1461 por decreto porque foram projeto de lei aprovado mas o que foi por decreto numa
1462 paulada só o governo federal extinguiu todos, escapou Recursos Hídricos e Meio
1463 Ambiente porque não foi criado por decreto e decreto não pode derrubar uma lei
1464 né ai é justamente por isso né porque tem essa ideia, tem muito conselho o que
1465 esses conselhos são? é conselheiro pra apadrinhar algum político alguém que
1466 ficou muito tempo no poder e tal, então vai para o conselho, quando o cara
1467 aposenta de alguma função vai para o conselho como conselheiro pra receber
1468 os seus 40.000,00, 50.000,00 por mês para ir lá 1 vez ao mês lá só para assinar,
1469 então tem essa dificuldade de ainda a gente explicar que há essa diferença nos
1470 nossos conselhos, os Comitê de Bacias que são um colegiado todo mundo que
1471 trabalha são voluntários, é custo zero para o Estado né, dos conselhos que tem
1472 por ai que o governo federal extinguiu o estadual quer extinguir também e tal
1473 esse tipo de coisa, tendo essa dificuldade ainda infelizmente é essa realidade né
1474 **Davis** (CI-LAGO) não só questionando Aldo, porque assim, só se cria Comitê de
1475 Bacias segundo a lei, aonde tem conflito ou potencial conflito então essa é a
1476 nossa preocupação independente se vai ter despesa financeira ou se não vai, o
1477 fato é que a situação concreta está dada né, avaliou toda a documentação de
1478 diagnóstico daquela região houve uma mobilização social e quando falo social
1479 não é só dos pobres, é de todo mundo que depende da água, da indústria, do
1480 comércio, de toda aquela região e chegou essa conclusão de que era preciso
1481 comitê pra gerenciar ali porque ficar discutindo aqui agora volta e meia com
1482 razão discutindo a presença do Ministério Público dando as cartas lá do
1483 Formoso, mas houve um vácuo ali em determinado momento um vácuo de
1484 gestão a gente também não pode esquecer isso então a nossa preocupação é
1485 que, ai volta a colocação do colega da FIETO, então nós a gente novamente
1486 investir nos recursos, nos locais de maneira inadequada então esse cara do
1487 Ministério Público e toda aquela estrutura paga pelos nossos impostos assim
1488 como vai ser pago pelos os nossos impostos e a estrutura do comitê de Bacias
1489 que vai ajudar a gerenciar lá de maneira pactuada que a água é dessa situação
1490 que o governo só não resolve é uma dessas situações que você tem que ter a
1491 pactuação de sociedade civil, de Poder Público, de usuário de água aquele cara
1492 que ganha dinheiro com a água, e a gente sabe que no caso do rio Palma
1493 especificamente foi uma demanda da região, diferente de outros comitês que a
1494 SEMARH vai lá e cria no caso desse lá então veio de lá o clamor da região para
1495 que esse comitê fosse instituído, então registrar aqui Aldo, essa preocupação
1496 nossa, que ao ser levado ao governador, ainda que tenha a despesa, mas é
1497 preciso que se faça. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) então Davis, eu quero

1498 só discordar de você quando disse que o de lá foi criado legitimamente com a
1499 demanda deles, nós nunca criamos comitê porque isso não está na nossa lei o
1500 Comitê de Bacias não é criado da SEMADES de cima pra baixo sempre foi criado
1501 com a demanda lá pra nós, nós só pegamos a demanda e criamos, organizamos
1502 o setor para criar os comitês, o Palma não foi o primeiro que foi criado por
1503 demanda dele não, acho que deve ter uma desinformação da sua parte aí, todo
1504 Comitê de Bacias é criado aqui com demanda lá da sociedade lá da bacia
1505 realmente, agora nós temos que priorizar, o que nós fazemos aqui é priorizar
1506 não é porque está escrito na lei que tem que ser, é porque nós temos hoje 30
1507 sub bacias quando elaboramos o plano estadual de recursos hídricos nós
1508 reduzimos para 17 a estratégia de gestão aí você imagina hoje cortando as
1509 verbas, seria até uma irresponsabilidade nossa né cortando as verbas do setor
1510 de recursos hídricos como estamos cortando cada ano do fundo e a SEMARH
1511 ficar tentando criar Comitê aleatoriamente né igual você colocar um filho no
1512 mundo e depois não ter condições de educar, de dar condições, essa é a
1513 preocupação, a preocupação nossa grande é essa, a gente como órgão gestor
1514 e responsável, conhecedor do setor como eu estou aqui há 12 anos né e
1515 conheço tudo que se passou aqui desde o primeiro Comitê de Bacia que foi
1516 criado na gestão nossa em 2011 e é criar com responsabilidade, quando a gente
1517 vê que tem que frear um pouco tem que frear porque não adianta criar e depois
1518 não dar as condições para aquele comitê funcionar então essa é a verdade e
1519 uma outra coisa, a gente sabe que o problema da gestão de Recursos Hídricos
1520 ela é um problema que vem herdado de muitos anos, antigamente ninguém
1521 ligava nada para recursos hídricos a coisa era colocada e aí quem era mais
1522 esperto ia lá e colocava o seu negócio, criava a sua represa e fazia, quando
1523 começou aparecer os problemas, aí vem tudo a tona, ó gestão de Recursos
1524 Hídricos você não faz gestão vocês tem um vazio vocês não estão funcionando
1525 não dá pra se resolver da noite para o dia um problema que foi criado, um passivo
1526 de 50 anos pra cá né, a nossa lei é muito nova hoje, os comitês de bacias são
1527 novos, a gente viu que não existe formatação mais perfeita e mais inteligente do
1528 que a criação do comitê de bacias porque estão os 3 seguimentos organizados
1529 poder público, e sociedade civil organizada e usuário de água, agora internalizar
1530 isso, na cultura dos próprios membros dos Comitês de Bacias pra ficar não, faça
1531 sua função é que é a dificuldade uma época tivemos um palestrante um pessoal
1532 veio aqui da UFT alguém perguntou qual era o maior problema da gestão de
1533 recursos hídricos? É a conscientização do sistema de gestão para que cada um
1534 faça sua função porque outorga é muito simples, baixa um decreto de outorga
1535 hoje de bacia é muito simples, o plano estadual e seu instrumento, agora coloca
1536 isso na cabeça de cada um do comitê de bacias para que atue como ele deveria
1537 atuar, você sabe que o comitê de bacias foi criado em 2011 o quanto nós já
1538 evoluímos por causa de capacitação mas ainda é pouco porque é uma mudança
1539 de paradigma até então quando tinha qualquer problema novo de Recursos
1540 Hídricos e ambiental o pessoal vinha em cima porque o NATURATINS hoje com
1541 essa formatação a gente reúne primeiro o Comitê de Bacias decide lá e se não
1542 resolver já traz pra instância, o Estado com esse nossa recomenda até pra
1543 implantar essa política de recursos hídricos no Estado porque tinham alguns
1544 governantes que achavam que iam perder governança, não, vou criar comitê,
1545 estruturar conselho esse conselho só passou a funcionar depois de 2011
1546 também foi criado com altos e baixos um governo também depois de 2011 nós
1547 colocamos na cabeça então vamos colocar agora a coisa é séria colocamos para

1548 o governo, o governo, independente, não é o governador não, qualquer um que
1549 assumir de 2011 pra cá, se nós organizar esse setor de gestão conselhos com
1550 os comitês a gente tira aquela carga, aquele peso que fica só em cima do órgão
1551 gestor que é o NATURATINS e a SEMARH a gente resolve a primeira instância
1552 os conflitos que tem pelo uso da água depois traz para o conselho, ele não
1553 precisa ir diretamente lá no comitê de Bacia mas o que a gente vê muito ainda
1554 não é querendo denigrir a imagem de ninguém não, é que eu sempre digo comitê
1555 de Bacia não pode ser hoje um agente só de Ministério Público qualquer coisa
1556 vai lá no Ministério Público e denuncia lá no Formoso ainda tem muito isso
1557 mesmo comitê de Bacia acontece alguma em vez de tentar resolver na reunião
1558 vou lá no Ministério Público denunciar nós tínhamos reunião lá do comitê de
1559 Bacia do Formoso tempos atrás aí convocaram o Ministério Público Federal para
1560 participar de reunião nossa lá, cara não precisa disso, o comitê foi criado para
1561 evitar isso, aquela outra instância lá, você vê então essa internalização dessa
1562 cultura de que eu sou responsável também por aquele bem, por aquela área
1563 água trazer lá é que é a dificuldade grande isso vai amadurecer ao longo do
1564 tempo, não é que a gente não faça gestão, não é que esvaziou o sistema é que
1565 as vezes é culpa da própria estrutura as vezes do próprio governo do estado mas
1566 é de todo sistema é muito difícil o sistema de gestão do Tocantins tem um nome
1567 muito bom a nível nacional sabe que nós temos 3 representantes do Fórum
1568 Nacional do Comitê de Bacias, somos muito elogiados, tem uma reputação lá
1569 em cima, e não podemos deixar isso cair hoje, mas igual a gente fala, não vamos
1570 criar nós temos 17 estratégias de gestão dentro dos 5 comitês de bacias vamos
1571 criar top de caixa ai antes que apareça o problema lá porque depois não damos
1572 conta de manter isso funcionando aí o desgaste é muito maior do que não criar.
1573 **Vilmar** (SIC) eu queria fazer uma rápida intervenção a respeito do rio Palmeira
1574 eu acompanhei os pedidos de incentivos fiscais para a implantação das PCHs,
1575 quando eu fui estudar um projeto de PCH me surpreendeu muito de que monta-
1576 se um feudo e aquilo serve pra suas descendências até a milésima geração é
1577 um negócio dos mais fantásticos que existe no ponto de vista de benefício de
1578 uma família individualmente usa-se um bem público em benefício do indivíduo e
1579 da sua família *ad eterna* mas a observação que eu quero fazer é em relação ao
1580 que o colega falou porque o Estado também tem uma responsabilidade nessa
1581 questão dos Comitês, não precisa de ficar se furtando em relação a questão de
1582 colocar recursos pra contribuir na gestão dos Comitês porque ele tem renda, ele
1583 tem receita a partir da concessão do rio pra efeito de pró ação econômica gera
1584 ICMS, gera receita pública e essa receita pública deve ser revertida em benefício
1585 da sociedade um dos benefícios da sociedade é o equilíbrio e uso dos recursos,
1586 né, então o Comitê tem esse cordão e precisa de ser entendido quando vai se
1587 justificar lá no governo, um dos argumentos que o setor jurídico deve usar é essa
1588 questão faz a triangulação né, olha, o estado fez a concessão, a concessão
1589 gerou a exploração, a exploração gera a receita privada e essa receita privada
1590 gera receita pública e logo se tem receita pública, a receita pública se não dá pra
1591 voltar tudo e não precisa voltar tudo, faz parte dela picotar para beneficiar a
1592 sociedade, vai se dizer que vai utilizar pra infraestrutura tudo bem, também é
1593 benefício social né, benefício pra sociedade mas é preciso colocar esse círculo
1594 de recursos de que está demonstrando de que o governo não está se onerando,
1595 o governo tem receitas a partir da concessão e veja o seguinte, eu sou um cara
1596 totalmente contrário a essa questão das PCHs, a minha posição é de quem
1597 apresenta um projeto se eu pudesse dar um voto contrário a uma PCH eu daria

1598 na hora, porque pra mim é uma das coisas mais estúpidas que existe, um dos
1599 projetos que eu vi tinha algumas pessoas que conheciam o trecho do rio que ia
1600 acontecer e disse que tinham umas ocorrências ambientais que eram fantásticas
1601 lá, cavernas e algumas coisas assim e isso foi tudo para baixo da água, acabou
1602 isso, não existe mais, era um ambiente que moravam lontras, era um ambiente
1603 algumas coisas bacanas, umas vegetações únicas que só ocorriam naquele
1604 ponto daquela região e tudo isso foi destruído por causa da ganância de alguém
1605 então é preciso a gente entender que o Estado tem uma responsabilidade com
1606 a destruição do ambiente e conseqüentemente depois tem que ter
1607 responsabilidade pelo menos com a manutenção daquilo que já destruiu mas
1608 daquilo que está ainda é possível ser preservado, é possível ser mantido e a
1609 fiscalização de qualidade da água, o consumo da água de forma equilibrada,
1610 então eu acho que essa observação vale pra contribuir com o pessoal que vai
1611 fazer os parecer pra levar a justificativa para ao governador. **Farencena** (SEINF)
1612 só pra terminar nesse mesmo sentido que está sendo falado, os Comitês teriam
1613 que dar um suporte pra o que está travando eu não sei exatamente o que é
1614 falado Aldo, você sabe melhor que eu autonomia financeira dos comitês, por
1615 exemplo, o Comitê do Formoso com aquele tanto de irrigação que tem lá o
1616 promotor denunciou o presidente do Comitê de Bacia na pessoa física ele não
1617 tem 1 centavo no Comitê pra contratar um advogado pra se defender, então com
1618 toda essa atividade que tem na bacia, os instrumentos de cobrança de água pra
1619 ter autonomia financeira dos Comitês que ai sai da questão só de onerar no caso
1620 a SEMARH então o que é possível ser agilizado nesse sentido pra se organize
1621 pra ter autonomia financeira porque não é possível existe uma atividade
1622 econômica por traz de todos os Comitês então mais ou menos, maior ou menor
1623 mas existe, então o caso que eu conheço bem é o caso do Formoso e não tem
1624 1 centavo em caixa, pro presidente sair de Gurupi pra uma reunião aqui em
1625 Palmas alguém tem que colocar o combustível no carro dele particular pra ele
1626 vir e se ai toma uma pedrada, quebra o para-brisa na estrada tem que fazer uma
1627 vaquinha e pagar o para-brisa então isso é humilhante, um presidente de Comitê
1628 desse porte, 18 municípios com atividade econômica altíssima e não tem 1
1629 centavo pra se manter então eu acho que tem que tentar acelerar esse lado, no
1630 caso só como exemplo pra todos os Comitês então eu gostaria que colocava
1631 esse ponto o que está emperrando, onde está o tijolo na frente da roda que não
1632 consegue andar. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) infelizmente é
1633 incompetência do Estado, a nossa missão é criar as políticas e acompanhar e
1634 coordenar a execução fizemos aquele estudo em 2015 da cobrança da
1635 viabilidade do uso do Formoso, entregamos o pacote, quem tem que executar
1636 agora é o NATURATINS, fazer um convênio com a Secretaria da Fazenda e
1637 emitir um DARE para arrecadar, tudo passou pelo conselho, aprovou no Comitê
1638 e agora temos que cobrar e não cobrou ainda até por uma decisão, uma posição
1639 do próprio comitê de bacias que pediu para que não cobrasse antes de executar
1640 aquela fase D que era pra fazer revisão das outorgas porque no decreto de
1641 cobrança está dizendo que vai cobrar acima do que está outorgado e tem muito
1642 produtor lá que está outorgado vamos supor, 2m cúbicos por segundo e está
1643 usando só 0,5 metro cúbico por segundo né esse tipo de coisa, a maioria é 1
1644 metro e meio o cara já coloca tudo e usa metade da bomba só que está
1645 outorgado e ai não cobramos e com isso perdemos o bonde estava até numa
1646 fase de cobrar e ai veio aquela ação judicial e vai fazer e tal e vamos esperar
1647 isso ai enrolou e já tem 2 anos diz que tem mais 1 não e meio para executar essa

1648 fase D ai complica, a coisa fica complicada agora a decisão é o NATURATINS
1649 eu queria até que colocasse na Ata aí, Jamila, que estamos sendo cobrado
1650 dessa cobrança de uso da água, nós já fizemos estudo já tem mais de 3 que foi
1651 aprovado e é executar essa cobrança agora realmente né, até um argumento
1652 bom foi esse, os produtores, até maioria dizendo que não queria, não, nós vamos
1653 pagar muito ai, vamos esperar primeiro pra revisar essas outorgas é, vocês estão
1654 pagando muito é essas multa de 1 milhão e meio, se tivesse apoiado o Comitê
1655 de Bacias com esse uso de água de vocês a gente tinha aqui hoje uma Câmara
1656 Técnica aqui estruturada pra até fazer um rebate ai né jurídico, mas bem
1657 assessorado aqui tudo, ai todo mundo já concordou e os produtor disse vamos
1658 implantar essa cobrança não dá pra esperar mais, mas é aquele negócio daquele
1659 recua e avança agora a questão do professor Jair aconteceu uma ou duas vezes
1660 quando o orçamento estava travado, mas hoje quer dizer, qualquer
1661 deslocamento do presidente do comitê de bacias, de membro de comitê de
1662 bacias que está representado aqui a maioria sabe que, ninguém viaja com
1663 dinheiro e recurso do bolso, a SEMARH, depois que aprovou o orçamento
1664 demorou um pouco esse ano, acho que foi em abril, depois que aprovou em abril,
1665 todo mundo viaja com diária do PRO-COMITÉ ou PRÓ-GESTÃO e passagem
1666 aérea inclusive, nós fomos agora pra ENCOB, você foi agora, todo mundo foi e
1667 aquilo foi uma casualidade que o Professor Jair saiu lá de Gurupi naquele
1668 orçamento travado, não tinha como pagar, pediu até para os Produtores da
1669 Lagoa pagar o para-brisa que ele quebrou do carro mas não tem essa
1670 calamidade, tem calamidade para as ações mais avançadas, mas calamidade
1671 pra diária não, os comitês de bacias está aqui presentes e sabem que todo
1672 mundo hoje até para as reuniões internas recebe a de deslocamento, agora, é
1673 crítica a situação realmente, tem que ter o dinheiro, esse 1 milhão aqui vocês que
1674 vocês estavam aqui no início aqui pra ser aprovado é para apoiar novamente,
1675 nós tínhamos um convênio de 1 milhão e meio que acabou o ano passado, esse
1676 ano ficou travado, esse ano temos 1 milhão pra apoiar as ações do Comitês de
1677 Bacias independente da cobrança ou não a gente vai adiantar a partir do próximo
1678 ano pra gente ter o recurso, os escritórios, os comitês voltaram a funcionar pelo
1679 telefone sua secretária e vai rodar novamente teve realmente um desconexão
1680 grande infelizmente teve, toda mudança de governo tem, a gente não escapa
1681 disso não, agora a realidade é a cobrança, tem que cobrar. **Murilo Brito** (SES)
1682 vou ser breve devido o avançar da hora inclusive, mas eu não tenho muito
1683 conhecimento técnico até porque meu questionamento é em outro sentido, mas
1684 eu queria fazer nesse ponto uma pequena ressalva sobre a questão do Formoso
1685 e toda sistemática colocada pelo Sena e algumas colocações do Aldo, mas
1686 assim, eu sou da Secretaria de Saúde do Estado e a gente recebe várias
1687 ligações das nossa equipes locais pontuando inclusive algumas dificuldades e
1688 demandas extras provocadas pelo tamanho do impacto, enfim, eu creio que o
1689 Ministério Público ele é excessivo nas maiorias das vezes mas é importante em
1690 alguns momentos também até porque acho que não existe órgão mais
1691 judicializado que a saúde e a gente sabe que com a judicialização da saúde
1692 também existe várias pessoas e boa parte da população que são muitas vezes
1693 beneficiados coletivamente, mas a minha colocação é mais no sentido com
1694 relação a estiagem que eu vi que um pouco mais no meio da reunião foi colocado
1695 que a gente deveria pensar no futuro, a gente monitorar com um pouquinho mais
1696 de critério, eu não conheço o trabalho feito pela equipe do Major Matos, nesse
1697 ano de 2019 mas também temos informações do nosso pessoal local, que teve

1698 uma situação seria assim como anos anteriores com relação a disponibilidade
1699 hídrica para consumo humano, a gente sabe que quando fica difícil quando não
1700 tem água no poço comum a população vai buscar em açudes, em locais até
1701 totalmente impróprios e é aí onde vem o impacto na saúde, o idoso, a criança
1702 adoece, enfim, vai cair no SUS, então, assim, a gente deveria pensar
1703 futuramente em alguns investimentos no sentido de trazer esse diagnóstico um
1704 pouco mais detalhado da situação de estiagem lá, o Barraginha pode ter
1705 ajudado, eu conheço o projeto desde o começo e eu realmente acreditei como
1706 os dados que você falou hoje aqui ela é efetiva no sentido de repor o lençol
1707 freático, enfim melhorar logicamente a disponibilidade na estiagem porém ainda
1708 é séria a situação lá e a gente precisa saber um pouco melhor como ela está
1709 temos um estudo lá de 2013 que foi dado um monte de informação pela ATS,
1710 nós sabemos da sistemática e problemática dos caminhões pipas no estado, a
1711 saúde sempre acompanhou a qualidade dos caminhões, tanto a estrutura como
1712 o cuidado que eles devem ter na captação da água que eles vão levar para as
1713 comunidades mas a gente sabe do problema, é gigantesco por isso até hoje tem
1714 um monte de caminhão parado no estacionamento da Assembleia não sei se
1715 tirou nesses 2 dias então a gente sabe que isso vai bem além, a preocupação
1716 vai continuar existindo, nosso sudeste não vai parar de sofrer com a situação de
1717 estiagem e eu acho que é oportuno a gente pensar não pra 2020 mas de repente
1718 pra 2021 a inserção aí de até mesmo recursos pra mapear um pouquinho melhor
1719 a estiagem no sudeste e o impacto dela, a saúde está totalmente aberta com um
1720 sistema de capilaridade muito grande de informações e que pode contribuir pra
1721 esses estudos, então são essas as minhas colocações e obrigado pela
1722 oportunidade. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) a gente agradece até como
1723 eu falei no início, a saúde participa do nosso monitor de seca né pra validar os
1724 dados devido a essa capilaridade que vocês tem no interior, vocês e a Defesa
1725 Civil participam realmente pra validar o mapa que eles mandam pra nós em
1726 primeira instância a gente valida ou faz alguma correção, devolve depois eles
1727 publicam depois da validação realmente é importante a saúde participar por isso
1728 esse conselho é muito rico, ele tem quando se fala em recurso hídrico você tem
1729 uma interdisciplinaridade realmente de todos os setores, quando nós
1730 elaboramos o Plano Estadual de recursos Hídricos estava previsto pra investir
1731 em 20 anos, nos primeiros 10 anos, 120 milhões quando submeti isso aqui ao
1732 conselho o pessoal falou, mas vem cá, vocês tem orçamento pra isso? Eu digo
1733 a, isso aqui é um planejamento a longo prazo então tem que aprovar porque isso
1734 é uma previsão só, não sei se a Secretaria vai ter esse recurso e praticamente 8
1735 anos a gente conseguiu investir mais ou menos não esse montante, mas a
1736 metade desse recurso a gente conseguiu executar praticamente 75%, 80% das
1737 ações do plano estadual então isso é bom e as outras ações que nós não
1738 executamos são as ações que é de saneamento que é de outro órgão, de que é
1739 projeto de irrigação que é de outro órgão, esse tipo de coisa que é de outro
1740 órgão, as ações nossas realmente nós conseguimos executar a contento com a
1741 gama de recurso bem inferior que estava previsto no plano, então é bom essa
1742 troca de experiência, essa troca de informação, aquela que você falou a região
1743 a gente está preparado pra investir mais recursos lá aquela coisa toda o que a
1744 gente viu no nordeste hoje tem muito recurso, caminhão pipa é uma indústria da
1745 corrupção, desculpa dizer isso aqui, não vai colocar na Ata, mas não é no estado
1746 não, a gente sabe o quanto os políticos usavam daqueles artifícios para financiar
1747 suas campanhas com a indústria dos caminhões pipas lá na região do nordeste

1748 e nós não podemos criar isso aqui no estado do Tocantins, é paliativo, todo ano
1749 você vê aumentando o número de caminhão pipa porque tem que levar projetos
1750 que realmente resolva de fato aqueles projetos, projetos da ATS anteriormente,
1751 22 barragens grandes e até confundia com as barraginhas nossas, as nossas
1752 são 530 barragens, 3560 barraginhas, as caixas d'águas mais não sei quantos
1753 mil ai, 5, 6 mil, esse é um projeto dessa envergadura cada um na sua área
1754 fazendo a sua parte que eu acho que a gente consegue conviver pelo menos
1755 como você falou da estiagem da região sudeste igual a seca do nordeste você
1756 não acaba com aquilo, não tem projeto do governo que eu chego com a carta na
1757 manga e digo a solução é isso aqui, é cada pasta fazendo a sua parte e
1758 amenizando um pouco o problema é por ai que eu acho que tem que ser feito.
1759 **Agrest Bonival** (Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins), Iontra
1760 e corda, pegando o gancho do Farencena, eu queria perguntar se tem já junto
1761 ao estado um plano para estender a cobrança do recurso hídrico para os outros
1762 comitês? E a segunda é que Araguaianã tem uma questão que eles não
1763 consomem a água fornecida pela ATS ou SANETINS porque diz que dá
1764 problema nos rins, inclusive a água eles usam só nos restaurantes pra quem não
1765 sabe da situação mas o morador mesmo não bebe daquela água e um problema
1766 que alguns municípios inclusive Aragominas eles estão arcando com a
1767 disponibilização de água nos assentamentos e a gente procura a ATS e eles
1768 falam que é do INCRA, procura o INCRA, fala que é ATS e acaba os municípios
1769 arcando com isso eu gostaria de colocar a questão desse eu consigo senão
1770 nessa reunião na próxima levar essa informação pra Bacia. **Aldo Azevedo**
1771 (Secretário Executivo) essa questão de abastecimento público, foge um pouco,
1772 a BRK já saiu, a ATS foi embora também né, é uma questão mais de
1773 abastecimento público nossa questão é lá do rio, a água do rio, preservar,
1774 aumentar, mas essa questão da distribuição foge um pouco da nossa ossada
1775 aqui mas o Conselho tem os representantes tanto da BRK como da ATS
1776 poderiam te dar uma resposta mais a altura, com a questão do município eu não
1777 tenho essa informação pra te dar não, realmente. **Agrest Bonival** (Comitê de
1778 Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins) E a cobrança do recurso? **Aldo**
1779 **Azevedo** (Secretário Executivo) a cobrança depende do Comitê de Bacias se o
1780 Comitê de Bacias achar que realmente a sua bacia pode fazer a faz uma
1781 solicitação pra nós e tem que contratar um estudo pra fazer, ai vai estudar a
1782 viabilidade e ai sendo aprovada a viabilidade pelo estudo a gente tenta implantar
1783 cada bacia é diferente, na sua região é pecuária, no Formoso é irrigação, na
1784 região do Sena é irrigação e piscicultura, aqui no entorno de Palmas já é outro
1785 parâmetro, é abastecimento humano, público, cada bacia tem que ser um estudo
1786 específico pra tratar porque o índice é diferente, o índice que eu cobro na
1787 agricultura é um, na pecuária é outro, no abastecimento público é outro, cada
1788 um diferente, na pecuária é outro, eu faço a solicitação pra ver a viabilidade, tem
1789 que fazer um estudo primeiro e ver a viabilidade, olha, compensa cobrar ou não
1790 compensa cobrar porque não paga nem a guia. **Farencena** (SEINF) é só uma
1791 colocação que os colegas mencionaram sobre o que eu tinha falado, o colega
1792 da Saúde falando da importância do Ministério Público é óbvio da importância do
1793 Ministério Público é que nem uma moeda, tem dois lados né, cara e coroa, então
1794 se não fosse o Ministério Público essa adequação que eu comentei na bacia do
1795 Formoso não teria acontecido, teria acontecido talvez em 10 anos e não em 1
1796 ano, então existe o lado positivo sim, agora a questão é igual CBT velho sem
1797 freio, sem lâmina, não tem freio, o que tiver pela frente você atropela, esse é um

1798 grande problema, é saber parar, então o Ministério Público não tem freio, esse é
 1799 o problema do Ministério Público que eu estou questionando agora a importância
 1800 do trabalho deles é indiscutível, que é a função deles fazer aquilo, estão fazendo
 1801 só que a avaliação que se faz para qualquer um da bacia sobre a postura atual
 1802 dele, mas é importante e a outra questão aqui do colega do Lago, ele disse que
 1803 teve um vácuo de gestão, não agora momentaneamente, até 2008 mais ou
 1804 menos, o pessoal não queria se adequar as questões ambientais, várias
 1805 questões, por exemplo o lavadouro para equipamento que usa defensivos, tem
 1806 que ter um lavador específico, uma foz específica que é uma região de várzea lá
 1807 é muito nivelado, a quantidade lá **2:49:35 Conselheiro não identificado:** é
 1808 muito alta então confinar, e o que é a legislação, as reservas legais, APPs, e ir
 1809 atrás de políticos, senadores, ai um dia numa reunião eu falei, ou vocês se
 1810 adequem ou mudam de atividade, porque é daqui pra mais, não tem pra menos,
 1811 então a hora que eles se adequaram chegou essa questão agora nesses últimos
 1812 10 anos, 5 anos, do Ministério Público com essas colocações, essas exigências
 1813 então acho que não houve vácuo de gestão num curto prazo eu acho que uns
 1814 10 anos pra cá eu diria que se adequaram as questões que tinham que se
 1815 adequar na legislação, só que houve todo esse empasse com o Ministério
 1816 Público e tudo que é solicitado é atendido mas nunca é suficiente, então eu só
 1817 queria deixar esse registro, obrigado. **Aldo Azevedo** (Secretário Executivo) mais
 1818 alguém? Vamos encerrar a pauta, a discussão foi muito boa, então vamos dar
 1819 por encerrada e agradecer mais uma vez a presença de vocês aqui discutindo
 1820 conosco e vamos tentar colocar mais objetivo realmente nessas ações aqui do
 1821 conselho com essa moção que nós propusemos a do Formoso e a do Tocantins,
 1822 vamos tentar organizar isso para colocar um documento palpável pra que a gente
 1823 seja ouvido realmente. Muito obrigado mais uma vez e em nome do nosso
 1824 presidente aqui do conselho que está ausente, Renato Jayme e já desejar boas
 1825 festas de final do ano que a gente retorne no próximo ano com toda energia,
 1826 obrigado pessoal. E a reunião se deu por encerrada.

Renato Jayme da Silva
Presidente

Aldo Araújo de Azevedo
Secretário Executivo

Instituição	Nome	Assinatura
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH	Renato Jayme da Silva	
	Aldo Araújo de Azevedo	
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Sebastião Albuquerque Cordeiro	
	Manoel Ribeiro de Souza Junior	

Associação Tocantinense de Municípios - ATM	José Augusto Bezerra Lopes	
	Dayana Aires Monteiro Cantuária	
Secretariado Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO	César Hanna Halum	
	Antônio Cássio Oliveira Filho	
Secretaria da Infraestrutura e Serviços Públicos - SEINF	Marcus Carlos Costa Santos	
	João Carlos Farencena	
Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ	Leandro Roeder	
	Linda Marta Arantes Beirigo	
Secretaria da Saúde - SES	Murilo Ribeiro Brito	
	Lisandra Pereira Pedro	
Procuradoria Geral do Estado - PGE	Fernanda Raquel Freitas de Sousa Rolim	
	Ana Flávia Ferreira Cavalcante	
Comunidade Científica	Leda Veronica Benevides D. Silva	
	Nelita Gonçalves Faria de Bessa	
Concessionária de Serviço Público de Abastecimento de Água - BRK Ambiental	Antonio Rodrigues da Silva Neto	
	Jéssica Lopes Cuevas	
Concessionária de Fornecimento de Energia Elétrica - Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Mauricio Teles Azevedo	
	Miguel Pinter Júnior	
Federação da Agricultura do Estado do Tocantins - FAET	Carlos Ribeiro Soares	
	José Carlos Senhorini	
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Maria Guanamar Soares de Souza	
	Antônio Batista de Sá	

Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO	Carlos Wagno Maciel Milhomem	
	José Roberto Fernandes	
Consórcio Intermunicipal para Gestão Compartilhada da Bacia Hidrográfica do Médio Tocantins - CI - LAGO	Itamar da Silva Xavier	
	Ryan Diógenes Brasil Mendes Arruda	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA - TO	Rodrigo Martins Ribeiro	
	Carlos Danger Ferreira e Silva	
Administração Hidroviária do Tocantins e Araguaia - AHITAR	Estela Maris Pereira de Sousa	
	Pedro Alves da Silva	
Organização Não Governamental – ONG/IDAHRA/GRUPO RAIZ DA TERRA	Ana Karolline Soares Alves	
	João Carlos Lopes	
Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços - SICS	Vilmar Carneiro Wanderley	
	Alan Rickson Andrade de Araújo	
Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	Antônio Davi Goveia Júnior	
	Marcos Antônio da Silva Júnior	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Davis Miranda de Souza	
	Jair da Costa Filho	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Agrest Bonival Silveira	
	Ayranan Leite Anunciação Suzuki	
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins	Mário Sena Filho	
	Asafe Santa Barbara Gomes	
	Geraldo da Conceição Primo	

Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil	Alex Matos Fernandes	
---	----------------------	--

Instituições Ausentes
Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado do Tocantins
Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS
Associação Tocantinense de Municípios - ATM

SGD: 2019/39009/006688